



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA 2011		
EVENTO: Conferência	Nº: 0758/11	DATA: 10/06/2011
INÍCIO: 09h58min	TÉRMINO: 13h45min	DURAÇÃO: 03h46min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h46min	PÁGINAS: 81	QUARTOS: 46

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
BARROS MUNHOZ – Deputado Estadual, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. WALTER DE ALMEIDA GUILHERME – Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. SIMÃO PEDRO – Deputado Estadual, membro da Frente Parlamentar pela Reforma Política. BEATRIZ PEDREIRA – Representante do Movimento Eu Voto Distrital. NUNO COELHO – Representante da Coordenação Nacional dos Agentes da Pastoral Negros do Brasil. LUCRÉCIA ANCHIESCHI GOMES – Representante da Policidadeania, Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral no Estado de São Paulo. CLÁUDIO COSTA SANTOS – Representante do Movimento de Resistência do Orçamento Participativo. VERA MACHADO – Representante da Marcha Mundial de Mulheres. PEDRO BIGARDI – Deputado Estadual. ALEXIS POMERANTZEFF – Integrante da Nação Línguística Portuguesa. PABLO RIBEIRO – Representante do Projeto Eu Lembro. MÔNICA VIANA ROMITI DE SOUZA – Representante da Câmara Municipal de Hortolândia. CARLOS DE OLIVEIRA AVILA – Representante do Movimento Eu Voto Distrital. NÁDIA CAMPEÃO – Presidenta da Direção Estadual de São Paulo do Partido Comunista do Brasil – PCdoB. ALESSANDRO LORENA COIMBRA – Representante da Amigos Associados de Jacareí. LUCAS NERY – Representante do Sindicato Nacional dos Aposentados. ADEMAR BARROS – Diretor do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de São Paulo. YVONE BARREIROS MOREIRA – Presidenta da Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo. LECI BRANDÃO – Deputada Estadual. MARCOS MARTINS – Deputado Estadual. WALTER ALMEIDA – Participante. GABRIEL MEDINA – Presidente do Conselho Nacional da Juventude do Governo Federal. SEBASTIÃO SANTOS – Deputado Estadual. LUIZ CARLOS PRATES – Representante do PSTU. CARMEN CECÍLIA DE SOUSA AMARAL – Representante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral no Estado de São Paulo. JAMIL MURAD – Vereador. DÉBORA FARIAS CABRAL – Representante do PMDB de São Carlos, São Paulo. ELIANA HADDAD – Representante do Conselho Estadual da Condição Feminina. ADRIANA APARECIDA RIBEIRO – Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Hortolândia, Estado de São Paulo. SONIA COELHO – Representante da Sempreviva Organização Feminina. FERNANDO LESSA DO NASCIMENTO – Coordenador-Geral de Ética e Política da Sociedade Brasileira de Eubiose.



MARIA DE LOURDES RODRIGUES – Representante da Liga Brasileira de Lésbicas.
MARIA LÚCIA PRANDI – Assessora da Senadora Marta Suplicy.
MARIA CRISTINA MENDES CALDEIRA – Representante do Blog Mentes em Liberdade.
CELSON FONTANA – Advogado.
CÉLIO NORI – Representante do Fórum da Cidadania de Santos.
MANOEL LOPES – Vereador de Mauá.
ROSA DE LOURDES AZEVEDO SANTOS – Representante da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos.
JACIRA MELO – Representante do Instituto Patrícia Galvão de São Paulo.
LUCAS BRANDÃO – Representante do Movimento +1 pela Reforma Política.

SUMÁRIO: Discussão com vistas à apresentação de proposta de reforma política para o Brasil.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembleia Legislativa de São Paulo.
Conferência Estadual da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados, juntamente com a Frente Parlamentar pela Reforma Política com participação popular.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Houve manifestação na plateia.
Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. APRESENTADOR - Bem-vindos à Conferência Estadual da Comissão Especial da Reforma Política, da Câmara dos Deputados, e à Frente Parlamentar pela Reforma Política com participação popular.

Iremos agora compor a Mesa dos nossos trabalhos. Convido o Deputado Barros Munhoz, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; (*Palmas.*) Deputada Federal Luiza Erundina, Coordenadora da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular; (*Palmas.*) Sr. Deputado Estadual Simão Pedro, membro da Frente Parlamentar pela Reforma Política; (*Palmas.*) Dr. Walter de Almeida Guilherme, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral; (*Palmas.*) Deputado Federal Edinho Araújo, 1º Vice-Presidente da Comissão da Reforma Política; (*Palmas.*) Deputado Pedro Bigardi, Líder da bancada do PCdoB na Assembleia Legislativa de São Paulo; (*Palmas.*) Deputado Federal William Dib, 2º Vice-Presidente da Comissão de Reforma Política e membro da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular. (*Palmas.*) Sejam bem-vindos e bem-vindas. (*Palmas.*)

Gostaríamos de salientar a presença do Deputado Federal Alceu Moreira e convidá-lo para fazer parte da Mesa dos nossos trabalhos, por gentileza.

Convido também o Deputado Ivan Valente, do PSOL, para fazer parte da Mesa, realmente uma Mesa de peso. (*Palmas.*)

Agradeço a todos os Parlamentares da Casa aqui presentes, que serão citados pelo nosso Presidente.

Gostaríamos de convidar também para fazer parte da Mesa o Deputado Rui Falcão, Presidente do Partido dos Trabalhadores, por gentileza. (*Palmas.*)

Ouviremos agora o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - Bom dia a todas e a todos! Eu quero dizer da minha grande satisfação, como Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, de receber aqui essa Comissão tão importante de Reforma Política. Eu acho que nós precisamos de muitas reformas, mas, indiscutivelmente, a mais importante, a mãe de todas as reformas, é a reforma política.

Então, eu quero dar as boas-vindas aos Deputados Federais Edinho Araújo, 1º Vice-Presidente desta Comissão na Câmara Federal, William Dib, que também



faz parte desta Comissão, e essa grande companheira, de quem tive o grande orgulho de ser colega na Assembleia Legislativa de São Paulo, que é a nossa querida Deputada Luiza Erundina.

Quero saudar também o Deputado Alceu, membro da Comissão, o companheiro, combativo, lutador, guerreiro, com quem também tive a honra de participar aqui da Assembleia Legislativa de São Paulo, Ivan Valente, e dizer que estamos aqui também, com o nosso querido Simão Pedro, fazendo um trabalho grande nessa direção, de integrar os esforços da Assembleia de São Paulo com a Câmara Federal, nesta caminhada longa, árdua, mas que, se Deus quiser, há de ser bem-sucedida.

Quero dizer da nossa grande alegria de recebermos aqui o competente e dedicado Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Walter Guilherme, e dizer que temos a honra de contar com a presença do Deputado Samuel Moreira, que é o Líder do Governo nesta Casa, do Deputado Adriano Diogo, do nosso 1º Secretário.

A Assembleia de São Paulo tem hoje o orgulho de ter, na sua Mesa Diretora, um Presidente Nacional do grande PT, que é o nosso Deputado Rui Falcão.
(Palmas.)

Saudamos também o Deputado Adriano Diogo, o nosso querido Vereador Jamil Murad, de quem também tivemos a honra de ser colega na Assembleia Legislativa, o Pedro Bigardi, Líder do PCdoB, aqui na Assembleia, enfim, saudamos todos vocês, que acolheram o nosso convite e aqui vieram.

Não quero me alongar. A finalidade da reunião — o Deputado Edinho Araújo fez questão de frisar isso; nós não temos palestrantes —, na verdade, é muito mais ouvi-los do que falar. Vamos ter apenas algumas breves saudações, mas o importante realmente da reunião é a fala dos senhores.

Passo, então, a Presidência dos trabalhos ao 1º Vice-Presidente da Comissão Especial de Reforma Política da Câmara Federal, o nosso querido colega, amigo, Deputado Edinho Araújo

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito bom dia a todas e a todos! A nossa primeira palavra é de agradecimento ao Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Deputado Barros Munhoz.



Permita, Barros, que eu manifeste aqui o meu sentimento de voltar a esta Casa e a emoção de poder retornar à Assembleia Legislativa de São Paulo, onde estive por 12 anos, três mandatos. Cheguei aqui em 1983, onde conheci os colegas, muitos deles aqui se encontram, e hoje retorno como Deputado Federal e 1º Vice-Presidente desta Comissão.

Eu, por economia processual, saúdo toda a Mesa, que aqui já foi mencionada pelo Protocolo e pelo Presidente Barros Munhoz, agradecendo a presença de todos os senhores e todas as senhoras.

Nós gostaríamos que pudessem anunciar, através do Protocolo, quais são as representações que temos aqui, os Municípios, os movimentos sociais, para que pudéssemos destacar, e é claro que depois, para todo esse trabalho que estamos aqui fazendo, a Taquigrafia da Câmara está presente, tudo isso será registrado, não há uma palavra que não seja registrada, para que nós possamos entregar esses registros ao nosso Relator, o Deputado Henrique Fontana, do PT do Rio Grande do Sul, que teve um problema familiar, um dos seus filhos sofreu um acidente muito sério, e a presença dele é muito importante neste momento com a família.

Então, ele pede que registremos a sua ausência aqui, mas não haverá prejuízo daquilo que nós colhermos, das informações, dos pontos de vista, das ideias, das sugestões para a reforma política que a Câmara Federal neste momento debate.

O Presidente Almeida Lima, também; nós nos dividimos: eu sou o 1º Vice; o Dib é o 2º Vice-Presidente da Comissão; a Deputada Erundina é a Presidenta da Frente Parlamentar da Reforma Política, que integra centenas de Deputados e Senadores.

Então, eu gostaria de destacar que nós vamos presidir de forma colegiada, junto com o Simão Pedro, que é o nosso Coordenador. Então, Simão Pedro, eu quero dividir com V.Exa. e a Deputada Luiza Erundina a Presidência. Vamos aqui fazer um trabalho colegiado.

O que é fundamental? Como a reunião pode ser positiva? À medida que todos puderem participar. Eu quero estabelecer de pronto: só saio daqui quando falar a última pessoa que veio aqui com essa intenção. (*Palmas.*) Este é um ponto que nós queremos deixar muito claro. Estamos com tempo disponível, por isso



estamos nesse colegiado de Presidentes. E eu sei que Barros gosta muito disso. Barros é um homem democrático, um político plural. Espero que esta reunião seja extremamente positiva.

Eu queria apenas apresentar um dado para vocês. O Senado também tem, ou teve, uma Comissão — todos sabem —, com o prazo de 45 dias. O prazo expirou, e o Senado agora está apresentando algumas medidas, PEC ou projeto de lei, que estão tramitando na Comissão de Constituição e Justiça; já existem alguns Relatores.

O Presidente Marco Maia, que constituiu esta Comissão Especial na Câmara, estabeleceu o prazo de 180 dias. O Deputado Relator, Henrique Fontana, poderá, imagino, entregar o pré-relatório até o final deste mês. Por isso esta reunião é importante, porque ele ainda está elaborando o seu pré-relatório, que será entregue até o final de junho.

Nós temos discutido todos os temas na Comissão. Todos sabem que está em discussão o sistema eleitoral majoritário, proporcional e misto; o financiamento eleitoral e partidário de campanha; a coligação na eleição proporcional; o voto facultativo; a fidelidade partidária; a reeleição; a coincidência de mandatos; a candidatura avulsa; a cláusula de desempenho. Temos um leque de opções, de sugestões, de ideias, e nós vimos aqui colher o que pensa a sociedade paulista.

A minha ideia é de que a reforma política é possível, se houver participação popular. Com a participação popular, sai a reforma política. É claro que cada um de nós tem uma ideia de reforma política. Eu, que tenho dez eleições — perdi a primeira e venci nove eleições —, chego a esta altura da vida. Já exerci mandatos no Executivo por três vezes. Fui Prefeito da minha cidade natal, Santa Fé do Sul, e Prefeito de Rio Preto por duas vezes. Fui Deputado Federal por três vezes; estou no meu terceiro mandato de Deputado Federal.

Eu tenho a convicção de que não se aguenta mais. As campanhas estão caríssimas. Cada vez mais, está prevalecendo o poder econômico. Daí vem o financiamento público exclusivo de campanha, porque financiamento público já existe: a televisão, os programas, os fundos partidários. Agora se discute o financiamento público exclusivo de campanha.



Confesso que nunca fui abordado, Barros, por alguém que me falasse: *“Edinho, vamos ver se acabamos com isso; vamos colocar financiamento público exclusivo”*. Ninguém pede isso, porque falta consciência, porque não se sabe o quanto isso é importante.

Um outro tema que se discute muito é a lista fechada; é um outro tema que está presente. Junto com a Erundina, estivemos na Paraíba, em Sergipe. Vejo a presença das mulheres. Se você der uma olhada aqui, Barros, vai perceber que temos um por um. No mínimo, temos aqui um por um em participação das mulheres! *(Palmas.)* É a cota das mulheres. Ontem tivemos uma reunião... *(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)* A Mesa não está proporcional, mas, como a Erundina vale por dez, a Mesa está equilibrada. *(Palmas.)*

Eu quero também saudar o nosso Rui Falcão e todos os nossos detentores de mandatos, representantes. Sugiro, meus caros colegas Presidentes, que passemos agora a palavra aos inscritos. Quero sugerir o seguinte, Erundina: vamos passar a palavra, primeiro, ao nosso Presidente do TRE, o Dr. Walter, que nos dá a honra da sua presença, para que ele possa fazer uma exposição. E me permita, Presidente, que eu estabeleça um prazo de 10 minutos, para que todos possamos falar.

Então, nós vamos estabelecer um prazo. Quando perguntarem, o orador terá de 2 a 3 minutos para uma colocação. É pouco, mas o problema é democratizarmos a participação.

Depois do Dr. Walter, passaremos a palavra ao Simão Pedro, que vai falar sobre a coordenação aqui no Estado de São Paulo. E aos Deputados Federais passaremos a palavra por até 5 minutos, para cada um deles poder também explicitar o seu pensamento e o seu ponto de vista.

Sem mais delonga, com a palavra o nosso Presidente do TRE, Dr. Walter.

O SR. WALTER DE ALMEIDA GUILHERME - Quero cumprimentar todos os presentes; o Deputado Barros Munhoz, Presidente da Assembleia Legislativa, que me honrou com este convite; o Deputado Edinho Araújo, Vice-Presidente da Comissão de Reforma Política da Câmara dos Deputados e da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular; todos os integrantes da Mesa, Deputados Federais e Deputados Estaduais; minhas senhoras e meus senhores.



Quero dizer, de início, desta relevante proposta que mais da metade das Assembleias Legislativas ofereceu à Câmara dos Deputados por intermédio do Deputado Barros Munhoz. Em 1988, a Constituição Federal permitiu que mais da metade das Assembleias Legislativas tivesse a iniciativa de proposta de emenda. Isso não havia no Brasil. Hoje, então, mais da metade tem essa iniciativa.

Não só por essa iniciativa ser pioneira em si mesma, mas também pela sua matéria, estamos assistindo a um depauperamento da Federação brasileira, com os Legislativos estaduais não sendo capazes de legislar sobre nada, porque a Constituição lhes tolhe, lhes dá uma competência residual. Sempre tenho dito que esse residual é verdadeiramente um lixo, ou seja, não sobra nada para as Assembleias Legislativas. Nós temos que alterar a Constituição para permitir que os Estados possam participar efetivamente da Federação, se quisermos um Estado Federal fortalecido.

Então, quero louvar essa atitude, quero louvar essa iniciativa dessas Assembleias, na pessoa do Deputado Barros Munhoz.

Eu quero me ater realmente aos 10 minutos. Pusemos no nosso Regimento do Tribunal de Justiça que ninguém falaria mais que 10 minutos, exatamente para que todos tivéssemos oportunidade de falar.

A relevância deste encontro é desnecessário ressaltar. Como a Deputada Erundina me disse, já são mais de 20, ou praticamente 20 Estados onde estão se realizando audiências públicas. Vai haver uma em Vitória, e estarei lá também, porque o Tribunal Regional Eleitoral não pode deixar de participar. Nós temos uma função jurisdicional, mas, antes de tudo, somos um tribunal de cidadania também. Lá se discute que, se há uma Justiça que é essencialmente política, é a Justiça Eleitoral.

Portanto, muito me honra estar aqui presente e dizer que, de fato, a reforma política, como foi cognominada pelo Deputado Barros Munhoz, é a mãe de todas as reformas. Outras há de grande importância, mas esta é o embrião de tudo o mais. Devemos reformar, dar força à participação popular para fazer valer a soberania.

Os senhores sabem que a Constituição Federal diz que o poder é povo, soberania popular; que o poder é exercido pelo povo por intermédio de seus representantes. E a que estamos assistindo? O povo está cada vez mais afastado.



Nós temos que trazer essa confiança, temos que demonstrar, temos que revelar à sociedade que o povo tem confiança nos seus Parlamentares. Mas, para isso, é preciso que haja não só uma profunda reforma política, como também uma reforma eleitoral.

Eu faço parte da primeira Comissão de Reforma Eleitoral instituída pelo Presidente Sarney no Senado, para apresentar sugestões quanto à reformulação da legislação eleitoral. Disse o Presidente, naquela oportunidade, que o nosso trabalho se limitaria a propor sugestões quanto à reforma da legislação eleitoral.

A reforma política é mais ampla, envolve emendas à Constituição, e não era essa a função dessa Comissão a que me referi. Nesse meio tempo, instituiu-se, no Senado, uma Comissão de Reforma Política e, na Câmara Federal, também esta Comissão de Reforma Política.

Então nós já apresentamos o nosso trabalho de reforma eleitoral: Código Eleitoral, Lei dos Partidos Políticos, infidelidade partidária, enfim, tudo aquilo que diz respeito à legislação abaixo da Constituição. Mas agora, com a formação dessas Comissões, nós temos que esperar para fazer um trabalho em conjunto.

Essa reforma é sumamente importante, como é importante, sobretudo, a participação popular. Por isso é que se diz: *“Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular”*. Sem a participação popular, nada vai ser feito, porque o prestígio das reformas e das propostas vem pelo apoio que a população dá. Se a população estiver desinteressada, não há reforma que vá avante. E, para haver interesse da população, é preciso que haja simpósios como este, onde a população se faz presente, se faz ouvir, e as sugestões sempre são muito boas.

Nessa Comissão de que faço parte, nós também fizemos uma série de reuniões em vários Estados, e as melhores sugestões vieram sempre da população, vieram sempre das instituições, vieram sempre das representações populares. Não é o homem de gabinete, não é o juiz, não é, muitas vezes, o Parlamentar; é o povo que sente a necessidade, o porquê e como quer essa reforma, como vamos reformar, se possível, até o Estado federal brasileiro. Daí a importância dessa reforma, e não poderia o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo estar fora.

Nós temos uma Constituição que terá que ser alterada, nós temos legislações infraconstitucionais que terão que ser alteradas. O Senado apresentou e já aprovou



nesses 45 dias um projeto de reforma. Olha, sem dúvida, é uma coisa importante, mas a representação do povo não está no Senado. A representação do povo está na Câmara dos Deputados. Os senhores conhecem a Constituição. Os Senadores representam os Estados. São três Senadores por Estado. Como todos os Estados são iguais, por isso a representação é paritária. Mas por que na Câmara a representação não é paritária? Porque exatamente dentro do Estado federal considera-se a população de cada Estado. A representação popular está verdadeiramente na Câmara dos Deputados.

Então, é mais importante a reforma ou a sugestão que venha da Câmara, não evidentemente menosprezando o que vem do Senado. Mas quem está mais em contato, quem está realmente representando a população brasileira é a Câmara dos Deputados. Daí a importância de essa reforma ser patrocinada pela Câmara dos Deputados.

O Deputado Edinho Araújo já referenciou os temas que serão objeto de debate, de questões, de sugestões, desde o voto obrigatório. Vamos manter o voto obrigatório ou instituir experimentalmente ou não uma primeira ideia do voto facultativo, como acontece em muitos países. Vamos manter esse financiamento que, na verdade, não é apenas um financiamento privado, é um misto, porque nós temos incentivos fiscais para os partidos políticos, nós temos o fundo partidário. O que é esse financiamento público? Convencer ou não o eleitor que o dinheiro vai sair do bolso dele. Pode ser que muita gente diga : *“Mas eu ainda vou ter que contribuir para a eleição de Deputados e Senadores? Eu não vou contribuir com nada”*.

É preciso demonstrar — e esse é o meu ponto de vista particular — que é melhor isso do que deixar na mão das empresas ou dos bancos. Os senhores sabem, quando é divulgado, quem são os grandes financiadores. É melhor que nós financiemos com o nosso dinheiro do que deixar o financiamento. O Presidente do TSE sempre tem dito isso. Aliás, parece que essa ideia é consensual nos TREs, que fosse mantido o financiamento privado, mas que não fosse dinheiro oriundo das empresas. Os senhores é que vão dizer “sim” ou “não”, mas é preciso que se esclareça o que é financiamento público e as suas eventuais vantagens ou não em relação ao financiamento privado.



Nós temos também que pensar nas possibilidades de candidaturas avulsas. O Senado aprovou em pequenos Municípios, com apoio de 10 mil eleitores, a possibilidade de alguém ser candidato a Prefeito ou Vereador desvinculadamente de partido político. Nós precisamos saber o que vamos fazer com os partidos políticos.

A reforma partidária é um item essencial da reforma política, porque os partidos políticos, é verdade, não estão granjeando aquele respeito, aquele prestígio que a sociedade precisa dar. Se nós queremos partidos políticos fortes, nós temos também que reformular a legislação partidária.

É preciso pensar também nas regras de manutenção da fidelidade partidária, porque a fidelidade partidária está sustentada numa resolução do TSE. E isso sempre provoca uma série de discussões, embora o Supremo tenha dito que isso é constitucional. Mas seria importante, mantidas as regras de fidelidade partidária, que elas fossem explicitadas em lei, para que a representação popular dissesse “sim” ou “não” à fidelidade partidária e como as regras deverão ser postas relativamente à fidelidade partidária.

A cláusula de desempenho, a cláusula de barreira, ou seja, barrar partidos que nada têm a oferecer ou não, deixar que todos possam oferecer as suas sugestões — porque também, se se disser que só os grandes partidos têm acesso à rádio e à televisão, os pequenos nunca serão grandes —, é um tema que nós temos também que discutir aqui e ouvir principalmente.

No que se refere ao sistema proporcional de eleição dos Parlamentares com lista partidária ou lista fechada, nós devemos discutir se vale a pena manter a lista aberta ou se vamos manter a lista fechada, se isso vai dar poder de mais às cúpulas partidárias ou se, ao contrário, isso vai reforçar o partido político. Em princípio, seria isso, o eleitor vota no partido e não no candidato. Não é a nossa tradição, não é da nossa cultura votar em partidos. Mas, se quisermos votar em partidos, nós temos que decidir se essas listas serão feitas pelos partidos ou o voto será plurinominal. Essa é uma questão importante, penso, crucial.

O fim das coligações partidárias é um tema que — não sei — parece ser consensual, que há um interesse em eliminar as coligações partidárias para as eleições proporcionais, evidentemente.



Em relação à cota para as mulheres, nós falamos tanto em cotas e a primeira cota há de ser das mulheres, sobretudo no que diz respeito à participação popular. *(Palmas.)* Paridade!

Quando eu falo em cota, pode ser que seja uma cota equitativa. Não estou dizendo quanto por cento. Pode ser paridade. Aliás, nem diria paridade, mas maioria, porque a maioria do povo é de mulheres, ou não é? Então, não seria nem paridade, seria o oposto até.

No que se refere à questão das consultas populares, penso que todas as proposições que foram aprovadas devem ser submetidas à consulta popular. Nós temos na Constituição a determinação de que a representação se faz por representantes, mas também na forma direta. E essas consultas populares são de máxima importância.

E, finalmente, discutir a questão da reeleição, se deve ser mantida, se valeu ou não a reeleição para cargos do Executivo.

Sr. Presidente, esse foi um esboço do que imagino que vai ser aqui tratado. Agradeço, mais uma vez, o convite que sumamente me honrou em estar hoje na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Obrigado, Dr. Walter. Parabéns pela sua brilhante exposição.

Gostaria de registrar as presenças dos Deputados Federais Ricardo Tripoli e Antonio Bulhões, dos Deputados Estaduais Carlos Bezerra Júnior, Sebastião Santos, Leci Brandão, Celso Giglio, Primeiro Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, João Antonio, Jooji Hato, Edson Ferrarini e Alencar Santana.

Temos notícia de que há 20 inscrições de instituições, de movimentos e de representações. E as inscrições estão abertas aqui à minha esquerda, no Protocolo. As inscrições continuam abertas.

Eu passo agora a palavra aos Deputados Federais no prazo regimental de 5 minutos. Com a palavra a Deputada Luiza Erundina, Presidenta da Frente Parlamentar da Reforma Política no Congresso Nacional, integrada também por movimentos sociais, como OAB e outros movimentos nacionais. *(Palmas.)*



A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Obrigada. Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu quero saudar a Mesa, na pessoa do Presidente Barros Munhoz, todos os Parlamentares Estaduais, o Desembargador Dr. Walter Guilherme — agradeço a sua presença, que é muito importante, a voz do Judiciário neste debate; quero saudar os meus colegas Parlamentares Federais, os Vereadores, as lideranças populares que aqui se encontram, as mulheres (*palmas*), enfim, todos os cidadãos e cidadãs que aqui vieram para dizer que reforma política o Congresso Nacional deve aprovar.

Sem isso, por melhor que seja a proposta que sair de lá, certamente não terá a eficácia que precisa ter, porque só há um consenso em torno desse processo da reforma política: que o sistema atual está falido. Não há mais possibilidade de se manter o sistema político-eleitoral-partidário da forma que existe até hoje.

A minha posição aqui é em nome de um coletivo de mais de 200 Parlamentares, Deputados e Senadores. Trata-se de uma Frente Parlamentar mista, com a participação de mais de 50 entidades nacionais. Ela é anterior à atual proposta de reforma política. Em 2002, havia uma outra Comissão Especial na Câmara discutindo o tema, e, àquela época, já existia essa Frente, não com a configuração que tem hoje, uma Frente mista, e com uma representação tão ampla da sociedade civil organizada.

A Coordenação dessa Frente, ontem mesmo, reuniu-se e apresentou uma proposta, que será debatida numa audiência pública na Comissão Especial da Reforma, que contém os seguintes pontos: a Frente Parlamentar defende a votação pelo sistema proporcional, numa lista preordenada, com paridade de gênero (*palmas*), defende financiamento público exclusivo e defende inclusive o fim do Fundo Partidário, porque, para afirmação e fortalecimento dos partidos, é preciso libertá-los da dependência do Estado. Eles têm autonomia e independência e, como tais, precisam subsistir, sobreviver e se manter com a contribuição dos seus filiados, com a contribuição daqueles que os compõem.

Outro ponto que a Frente defende é o fim das coligações. (*Palmas.*) Sabemos que esse tema precisa ser aprofundado pela necessidade de preservar o pluralismo partidário, garantir a representação de todos os partidos numa sociedade plural, diversa e heterogênea como a nossa. É impossível imaginar um número de partidos



que não expresse a complexidade, a pluralidade e a riqueza do povo brasileiro. É evidente que a coligação em si não resolve essa questão e distorce a vontade do eleitor. A alternativa à coligação seria a federação de partidos. Ou seja, dois ou mais partidos que queiram se agregar, se coligar — é praticamente uma coligação — por 3 anos, para disputar uma eleição, esses partidos precisarão permanecer na federação no mínimo por 3 anos. E aquele partido que sair antes desse prazo perde a sua representação no Congresso Nacional. Dessa forma, nós acabaríamos com a coligação e criaríamos a federação de partidos.

A fidelidade partidária é outro ponto da proposta da Frente, fidelidade partidária com regras, com normas, com determinações muito concretas e objetivas, a fim de que ela se cumpra dos dois lados e não só do mandato, ou seja, alguém que detém o mandato daquele partido ser obrigado a ter fidelidade aos compromissos, ao projeto político, aos compromissos programáticos e ideológicos do seu partido, mas, por outro lado, o partido também precisa ser fiel a esses compromissos. Portanto, não dá para o partido se desviar desses compromissos e exigir dos seus representantes fidelidade. Fidelidade a quê? Àquilo por meio do qual uma determinada pessoa filiou-se a esse partido e pleiteia a representação num mandato por esse partido.

Portanto, defendemos a fidelidade partidária, o fim do Fundo Partidário e um forte enfoque na democracia participativa, na democracia direta. A avaliação é de que a crise da representação, a perda de legitimidade da representação, a imagem, a meu ver, desqualificada como o Poder Legislativo se apresenta à sociedade se deve, em grande medida, ao não exercício da democracia direta, da democracia participativa, com a aplicação dos mecanismos de democracia direta previstos no art. 14 da Constituição, que até hoje não foi regulamentado, a não ser uma regulamentação apenas para criação e desdobramento de Estados e Municípios que precisam se submeter a plebiscito popular. Mas, em relação às outras possibilidades de submeter a cidadania a decisões políticas importantes, é preciso estabelecer uma regulamentação mais completa do plebiscito, referendo e iniciativa popular, e que isso se torne uma praxe.

Em outros países, temos democracia consolidada. A cada eleição para mandatos legislativos ou executivos, os eleitores são submetidos a uma consulta



sobre vários temas de interesse do País. Por exemplo, um tema para um plebiscito seria a mudança do Código Florestal. Não pode ser como está sendo feito hoje. *(Palmas.)* Por exemplo, obras como a de Belo Monte, que apresenta implicações sérias do ponto de vista social, ambiental, cultural, poderia e deveria ser objeto de plebiscito. *(Palmas.)* Só citando dois casos de uma agenda recente, mas, se se tornar uma praxe, toda decisão de interesse nacional, e que sejam questões estratégicas, deveria ou deverá passar por plebiscito popular ou, pelo menos, por referendo popular.

A Frente também propõe o voto revogatório. Que também o eleitor possa revogar o voto de alguém que traiu a confiança e o voto popular. *(Palmas.)*

E, por último, falando muito rapidamente para não tomar muito tempo, antes de a proposta ser votada no plenário da Câmara — também espero no plenário do Senado —, que ela seja submetida a um plebiscito popular, para não só dizer que é preciso o exercício da democracia direta, mas a própria Comissão Especial e o próprio Congresso submeterão à sociedade civil organizada, à sociedade como um todo, à cidadania brasileira como um todo, um pronunciamento, uma aprovação ou não, à proposta que sairá do Congresso Nacional.

Eu estou muito feliz por estar aqui. Quero parabenizar os organizadores deste evento, a representatividade. Conheço praticamente todo mundo que está aqui e sei do peso, da importância e da representatividade de cada uma e de cada um dos companheiros que aqui estão. E é isso que se está prometendo, anunciando uma outra proposta de reforma política, diferente daquelas que já se ensaiaram no curso dos últimos anos e que não tiveram eficácia do ponto de vista de não se fazerem mudanças que melhorassem de fato o sistema político do nosso País, que fortalecessem partidos e, sobretudo, fortalecessem a democracia.

O fim, a finalidade, o objetivo maior de uma reforma política deve ser o fortalecimento, a consolidação da democracia em nosso País. E o fortalecimento dos partidos políticos é condição para que isso aconteça.

Parabéns a todos e a todas vocês que aqui vieram. Estamos, Presidente da Assembleia Legislativa, orgulhosos de sermos de São Paulo, de termos sido membro desta Casa e sobretudo orgulhosos pela sociedade paulistana, e não só paulistana, estou vendo aqui Vereadores do interior, que acorreram a esta plenária,



a esta conferência, e os meus colegas Parlamentares aqui da Comissão certamente estão a reconhecer o esforço e o protagonismo que esta cidade, este Estado e esta Assembleia estão exercendo, exercitando, na definição de uma questão mais importante entre todas as outras na vida nacional, na vida da Nação brasileira, que é reformular o seu sistema político e não apenas o seu sistema eleitoral.

Parabéns, obrigada e vamos aos trabalhos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Obrigado, Deputada Luiza Erundina.

Eu passo agora a palavra ao Deputado Simão Pedro, que foi quem intermediou a realização desta audiência pública junto ao Presidente Barros Munhoz e junto à comunidade.

Com a palavra o Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO - Quero reforçar aqui a saudação do Presidente Barros Munhoz no sentido de dar as boas-vindas a todos vocês aqui à Assembleia Legislativa de São Paulo.

Bom dia a todos, bom dia a todas! Quero cumprimentar o Presidente da Assembleia, Deputado Barros Munhoz, e agradecer-lhe por todo o esforço que ele fez para organizar, acolher esta audiência pública aqui, quando nós o procuramos em nome da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular, lá do Congresso Nacional. Fomos solicitados pela Deputada Luiza Erundina e, imediatamente, o Deputado Barros Munhoz se colocou à disposição para organizar e colocar a estrutura da Casa para realizar esta audiência.

Quero cumprimentar a Deputada Luiza Erundina, coordenadora da Frente, e parabenizá-la pela garra, disposição, energia que passa nas causas que abraça. Quero cumprimentar o Deputado Federal Edinho Araújo, 1º Vice-Presidente da Comissão Especial de Reforma Política; o Líder do PCdoB Pedro Bigardi; o Deputado Federal William Dib; o nosso Presidente do TRE, Walter de Almeida Guilherme. Quero fazer uma saudação ao Presidente Nacional do meu partido, Rui Falcão, e aos Deputados Ivan Valente e Ricardo Tripoli.

Também quero dizer que me sinto orgulhoso de estar aqui nesta Mesa. Nós estamos lançando... Vamos fazer o ato em breve, eu, o Deputado Alencar Santana, que se encontra aqui, e o Deputado João Paulo Rillo estamos colhendo as



assinaturas. Este mês ainda nós temos... Deputados Leci, Samuel Moreira, Jooji Hato, demais colegas desta Assembleia, queremos fazer desta Assembleia um espaço de debate, de coleta de sugestões, de intercâmbio com a Frente Parlamentar de âmbito nacional, para que a Assembleia Legislativa seja também um canal de debates, de expressão da opinião do Estado de São Paulo, sem tirar, evidentemente, a legitimidade e o protagonismo das entidades, dos fóruns, que vão se formar e estão se formando em todo o Estado de São Paulo.

Eu tenho que expressar, evidentemente, as posições que nós já temos em acúmulo no nosso partido, que é o financiamento público de campanha, a lista partidária, no sentido de dar força e criar uma cultura partidária mais sólida no nosso Brasil. O financiamento público é para que a sociedade saiba qual é o custo real de uma campanha eleitoral, qual é o custo para a sociedade. Há muita desinformação e desconfiança em relação a isso. Então, nós temos que fazer um trabalho grande. O tema da fidelidade partidária também, para que os partidos possam se fortalecer, que a população possa se referenciar em programas sólidos, programas expressos pelos partidos políticos. E em relação às coligações proporcionais, para que tenhamos, de fato, uma cultura partidária.

Quando falamos da lista, evidentemente, temos a preocupação de reconhecer que precisamos avançar no tema da proporcionalidade étnica. Principalmente a população negra (*palmas*), que representa praticamente mais de 50% da nossa população e é sub-representada nos Parlamentos e nos espaços institucionais. Evidentemente, a mesma coisa se dá neste Parlamento, no Parlamento nacional e em muitas Câmaras em relação à sub-representação das mulheres, que são maioria. A reforma política eleitoral poderia resolver essa questão, instituindo na lista partidária a proporcionalidade e a igualdade.

Então, são temas em que nós já temos consenso, mas muitos outros nós queremos debater, ouvir, trabalhar, para que esse tema que hoje está mobilizando toda a sociedade... Estava falando aqui com o Deputado Edinho Araújo, com o Deputado Barros Munhoz: é um tema mobilizador neste momento o da reforma política. E nós não temos o direito de frustrar a população, jogando isso para as calendas. (*Palmas.*) Precisamos fazer a reforma política já!

Um grande abraço.



Boa audiência para todos nós. Parabéns à Comissão Especial de Reforma Política, presidida neste momento pelo Deputado Edinho Araújo, por realizar essas audiências, por fazê-las em todos os Estados e ouvir a população. Tenho certeza de que esse movimento vai poder transformar e melhorar a vida política do nosso País e, quem sabe, com isso também melhorar a vida econômica, social e cultural.

Um grande abraço e um bom dia para todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Obrigado, Deputado Simão Pedro. Depois a Mesa ficará à disposição de todos. A Deputada Luiza Erundina e todos os que aqui já falaram poderão ser abordados sobre alguma questão. Eles anotarão e depois vamos intercalar a participação da Mesa e da plenária.

Com a palavra o Deputado William Dib, 2º Vice-Presidente da Comissão.

O SR. DEPUTADO WILLIAM DIB - Bom dia a todos e a todas. É uma alegria estar aqui.

Eu queria saudar o meu amigo Presidente da Assembleia Legislativa, Barros Munhoz, a sua equipe, que nos auxiliou a fazer este evento, parabenizá-lo pelo Colégio de Presidentes das Assembleias Legislativas, por essa emenda constitucional.

Eu queria cumprimentar o Deputado Simão Pedro pelo trabalho que vem realizando junto à Assembleia Legislativa na questão de propor a reforma política. E uma sugestão: entreguem esse relatório ao Deputado Henrique Fontana antes do dia 21 de junho, quando ele tem a pretensão de apresentar seu relatório preliminar.

Cumprimento também o Dr. Walter Guilherme, Presidente do TRE. Foi muito importante a sua presença e a sua fala junto a nós.

Quero cumprimentar os Deputados que, como eu, pertencem à Comissão Especial da Reforma Política — Edinho, Erundina, Alceu, do Rio Grande do Sul, Ivan Valente, de São Paulo. Nós fazemos parte desta Comissão de Reforma Política, que nesta terça-feira recebeu uma nova Comissão. Agora temos duas Comissões: uma autorizada a fazer as emendas constitucionais necessárias para a reforma política e a outra, que foi instalada no dia 8 de fevereiro, para fazer as leis ordinárias que precisam constar da reforma política.



Eu queria também cumprimentar todos os Deputados Federais, Estaduais e Vereadores aqui presentes. Não viemos aqui dizer da nossa opinião. Queremos ouvir.

Eu só queria contar como foi a estratégia da Comissão da Câmara para desenvolver os trabalhos. Não podemos esquecer que, por duas vezes, a Câmara Federal fez propostas de reforma política que foram a plenário e foram rejeitadas. Então, tentativa de reforma eleitoral já houve. Não vamos qualificar de boas ou ruins, mas foram rejeitadas em plenário. Não queremos que aconteça isso. Esta Comissão busca criar um consenso do que é possível de ser feito e no que é possível avançarmos.

O Presidente da Câmara, Deputado Marco Maia, não foi arguido por Deputados para constituir esta Comissão. S.Ex.a ouviu a sociedade, a classe política, os eleitores, as ONGs e, em 8 de fevereiro, instalou as Comissões para a reforma política por causa de 3 grandes eixos: um é o sentimento de que este sistema está desgastado, este sistema não agrada ao eleitor, não agrada a nossa sociedade e também não agrada a nós, políticos. Precisamos avançar.

Quais são os grandes problemas que existem no sistema atual? Um é o enfraquecimento dos políticos, dos partidos políticos; outro é o distanciamento cada vez maior entre o eleito e o eleitor; o terceiro, que deve ser o pior, é o grande sistema de corrupção para se eleger, os grandes gastos brasileiros para fazer a eleição ocorrer.

Não podemos esquecer que nessa última eleição, oficialmente — oficialmente, repito —, entre verbas de que se abriram mão, verbas do Tribunal Regional Eleitoral e despesas regulares dos partidos e candidatos, chegamos à cifra de 7 bilhões de reais. São 7 bilhões de reais!

Então, nós precisamos fazer uma reforma. Acho que é consenso na sociedade a necessidade de fazermos uma reforma.

De imediato, na reforma que seria política e eleitoral já foi abandonada a parte política. Não podemos mentir. Só se está discutindo a reforma eleitoral. Será que conseguimos fazer uma reforma eleitoral total, ampla, irrestrita? Dificilmente. Teremos que avançar em alguns pontos de consenso, procurar o consenso na maior parte, para não termos a outra decepção de ser rejeitada em plenário. Precisamos



achar um momento em que vamos apresentar o projeto possível para o Brasil, possível para o Brasil ser melhor que o dia de ontem. Avançar no processo democrático, na transparência, no fortalecimento dos partidos.

Se existisse um sistema político-eleitoral que não tivesse nenhum tipo de crítica, seria fácil. Temos que entender que todas as propostas têm seu lado extremamente positivo, mas todas têm um lado negativo. Temos que ponderar o que faz menos mal e o que mais faz bem para a nossa democracia. Não existe sistema eleitoral perfeito. Todos vão ser motivos de críticas e motivos de negação. Temos que entender que vamos tentar caminhar para um modelo que crie consenso.

Então, provavelmente, vamos acabar optando por um sistema eleitoral misto, que atenda gregos e troianos.

Por fim, quero dizer que é muito importante a participação popular. Por isso, a Câmara definiu uma estratégia totalmente diferente do Senado. A Câmara, às terças-feiras, reúne sua Comissão e debate intensamente os temas, sem nenhum tipo de votação. Faltam só três temas para concluirmos todos os temas a serem discutidos. Às quintas-feiras, recebemos a comunidade, a sociedade civil organizada, como a OAB, a CNBB, cientistas políticos; Ministros, como o Presidente do TSE, Dr. Ricardo Lewandowski, como o Ministro do STF, Dias Toffoli; o ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Nelson Jobim, hoje Ministro da Defesa, para darem suas contribuições. E muitos cientistas políticos lá comparecem para falar sobre a reforma política.

Às sextas-feiras e às segundas-feiras, uma vez em cada Estado, vamos ouvir a opinião da classe política e das organizações sociais organizadas.

Com isso, acreditamos que é possível a participação popular, algo que faltou nos últimos dois projetos, para termos fôlego para aprovar o projeto de reforma política que todos queremos e que atenda a um Brasil mais justo e mais solidário.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Obrigado, Deputado William.

Registro a presença do Deputado Enio Tatto, Líder do PT. Apresentamos a nossa saudação.



Registro também a presença, em peso, do PCdoB: Nádia Campeão, Presidente Estadual; Vereador Jamil Murad; Deputada Leci Brandão. Está à Mesa o Líder do PCdoB, Pedro Bigardi, que vai falar daqui a pouco.

Ainda há três oradores da Mesa. Acho que precisamos melhorar a dinâmica da reunião. Agora vou passar a palavra para os cinco primeiros inscritos. O microfone está aqui. Os cinco primeiros inscritos já poderiam posicionar-se.

A primeira inscrita é Beatriz Pedreira, do Movimento Eu Voto Distrital. Em seguida, Nuno Coelho, da Coordenação Nacional dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil — APNs. Depois, Lucrécia Gomes, da Policidadeania, Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral do Estado de São Paulo. O quarto é o Cláudio Costa, do Movimento de Resistência do Orçamento Participativo. E a quinta, Vera Machado, da Marcha Mundial das Mulheres.

Com a palavra Beatriz Pedreira, por 3 minutos.

A SRA. BEATRIZ PEDREIRA - Bom dia. Eu represento o Movimento Eu Voto Distrital. Somos 18 mil cidadãos brasileiros a favor desse sistema. Queria enfatizar que nenhuma reforma política é importante se não colocar o eleitor no centro da discussão. E colocar o eleitor no centro da discussão é melhorar os mecanismos de representação que estão expressos pelo voto distrital.

Vou ler o manifesto do Movimento Eu Voto Distrital. Convido todos a participarem e conhecerem nosso site: www.euvotodistrital.org.br.

“A essência de um regime de liberdades públicas está na representação popular. Numa democracia, os três Poderes da República nascem da manifesta vontade do povo, mas é o Legislativo que simboliza a efetiva participação dos cidadãos nos destinos da nação. É o Congresso que, quando independente e ciente de suas responsabilidades, colabora para o fortalecimento das instituições democráticas.

Só as democracias podem exercer a devida autocrítica, aprimorando seus mecanismos de representação, buscando mais eficiência nos sistemas de tomada de decisão, deixando florescerem os espaços



para o contraditório, para o debate, para as ideias, para a pluralidade e para a diversidade. O Congresso brasileiro tem prestado relevantes serviços à sociedade, mas precisa buscar o aprimoramento da representação, de modo que espelhe com maior fidelidade a vontade do povo.

Sair às ruas e conversar com as pessoas é sentir a indignação pulsando contra uma política que já não representa como deveria, da qual pouquíssimos ousam se orgulhar. Política que sistematicamente vem legando ao segundo plano o compromisso com a legitimidade do sistema democrático. Política que, simplesmente, deixou de prestar contas de suas ações e distanciou-se da sociedade, definitivamente. O Poder Legislativo tem hoje como referência muito mais o governo do que os eleitores.

O atual modelo de representação, baseado na proporcionalidade, teve seus méritos e contribuiu para o progresso do País, mas se tornou, infelizmente, fonte de graves problemas para o próprio Poder Legislativo, contribuindo para o descrédito da instituição. Não podemos manter um sistema de representação que acaba conduzindo à Câmara dos Deputados Parlamentares ignorados ou repudiados pelos próprios eleitores, que obtêm assento no Poder Legislativo com a ajuda de 'puxadores de votos', pinçados, muitas vezes, no mundo das celebridades. O voto distrital, ademais, baratearia enormemente o custo das campanhas eleitorais, processo que, por si mesmo, contribuiria para diminuir o financiamento ilegal de candidaturas.

Defendemos o voto distrital. Acreditamos que o eleitor tem de manter vivo na memória o seu voto, o que



certamente acontecerá quando um Parlamentar representar o seu 'distrito'. Esse voto, condicionado também pela geografia, traz o benefício adicional de evitar que a Câmara dos Deputados se limite a uma Casa de representação de lobbies. O Congresso não pode ser uma reunião de meras corporações a serviço de interesses setoriais. Justamente porque queremos um eleitor mais próximo do eleito de seu distrito, repudiamos ainda o chamado 'voto em lista fechada', proposta que fortaleceria unicamente as burocracias partidárias, permitindo a eleição de Parlamentares sem rosto. (Palmas.)

O voto distrital, ao dar poder ao eleitor para fiscalizar e cobrar o desempenho de seus representantes, contribuirá para melhorar o Poder Legislativo, o que elevará a qualidade da nossa democracia. Abracemos essa ideia e façamos chegar a nossa vontade ao Poder Legislativo, que, em boa hora, mostra-se disposto a fazer a reforma política.

Que os Deputados, tornados quase anônimos logo depois das eleições, assumam um rosto: o rosto do povo brasileiro!" (Palmas.)

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Obrigado.

Quero registrar a presença do Prefeito de Pompeia, Oscar Yasuda, e do Vereador Paulinho, do PSB de Vargem Grande do Sul.

Tem a palavra o Presidente Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - Eu pediria licença, porque a Senadora Marta Suplicy tem uma agenda comigo agora e o Deputado Adriano Diogo já está me solicitando.

Vou pedir ao Deputado Jooji Hato, 3º Vice-Presidente da Casa, que tome o meu lugar. (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado pela presença, Deputado Barros Munhoz. Mais uma vez, o nosso agradecimento.

Com a palavra agora o Sr. Nuno Coelho, da Coordenação Nacional dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil, pelo prazo regimental de 3 minutos.

O SR. APRESENTADOR - Por favor, eu gostaria de salientar aos que vão ocupar a tribuna que se atenham ao tempo de 3 minutos, uma vez que temos mais de 30 inscritos. Senão, a dinâmica vai ficar um pouco cortada. Então, por favor, atenham-se ao tempo de 3 minutos.

Muito obrigado.

O SR. NUNO COELHO - Bom dia a todos e a todas.

Saúdo a Mesa, na pessoa da nossa Deputada Luiza Erundina, coordenadora da Comissão.

Quero dizer do papel importante que esta Comissão está prestando ao chamar a sociedade paulista para este debate importante, este diálogo democrático sobre a reforma política.

O Movimento Negro entra em cheio no debate sobre a reforma política, puxado pelas entidades nacionais, puxado pelos Agentes de Pastoral Negros do Brasil, entidade com 28 anos de existência em mais de 11 Estados deste Brasil; pelo Congresso Nacional Afro-Brasileiro — CNAB, do Prof. Eduardo Oliveira, tão conhecido entre nós pela sua luta pela democracia racial deste País; pela Coordenação Nacional de Entidades Negras — CONEN; pela União de Negros pela Igualdade — UNEGRO.

Essas entidades nacionais estão na luta pela reforma política desde o início deste diálogo, como a senhora mencionou no início, desde o ano de 2002. Não é de agora. Há muito tempo temos trabalhado para que o Congresso Nacional tenha uma coloração real e verdadeira, para que a democracia racial exista, Leci Brandão, de fato, neste País, e não só de forma genérica.

Os discursos são bonitos, mas a realidade, a cada 4 anos que passam, é cada vez pior. É impossível nós termos um Congresso Nacional, uma Câmara de Deputados com menos de dez Parlamentares negros e um Senado da República com dois ou três Senadores negros; é impossível o maior Parlamento estadual do País, como esta Assembleia, ter apenas dois Deputados Estaduais negros!



A reforma política não pode ser só eleitoral, Deputado, ela tem que ser também política, porque essa é uma questão política. Nós temos que discutir a fundo essa questão.

O Movimento Negro vem solicitar a esta Comissão que amplie a nossa participação neste debate. Nós propomos nesta conferência que a Comissão nos abra a possibilidade de um debate amplo com o Congresso Nacional. Que façamos uma audiência pública específica para tratar a questão étnico-racial dentro da reforma política. Do contrário, nós vamos ficar apenas em mais um discurso, em mais um debate e, daqui a 2 anos, não teremos Prefeitos, não teremos Vereadores; daqui a 4 anos, não teremos Deputados, não teremos Senadores (*palmas*), porque a realidade é a mesma, o discurso permanece; mas se não debatermos a fundo as questões que impedem a população negra...

Segundo dados do IBGE de 2010, 50,7% da população deste País é negra, e nós não somos representados nos Parlamentos. Isso é vergonhoso não apenas perante a sociedade brasileira, mas perante o mundo.

Nós não podemos ter uma Presidenta da República e termos uma minoria de mulheres no Parlamento. Isso é um descompasso. Nós não podemos ter um Presidente da República, como tivemos o Lula, afrodescendente e não termos representações nos Parlamentos.

Portanto, o Movimento Negro brasileiro se põe à disposição e se coloca em cheio na reforma política para discutir e debater.

Estaremos em Brasília na próxima semana para dialogar com a Comissão no intuito de abrirmos uma agenda sobre esse tema.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. SIMÃO PEDRO - A Mesa quer agradecer a presença ao Vereador Prof. Mário Luiz Guide, do PSB de Osasco; ao Vereador Manoel Lopes, do DEM de Mauá; ao Vereador Miguel Carvalho, Presidente Estadual do PSOL; ao Vereador Hiroyuki Minami, Presidente da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo; e Modesto Salviatto Filho, Presidente da Câmara Municipal de Brotas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Concedo a palavra à Sra. Lucrecia Anchieschi Gomes, representante da Policidadania, Movimento de



Combate à Corrupção Eleitoral no Estado de São Paulo. A senhora dispõe do prazo regimental de 3 minutos.

A SRA. LUCRECIA ANCHIESCHI GOMES - Bom dia a todos e a todas. Saúdo a Mesa. Gostaria de dizer que o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral tem conquistado muito em termos de política. Ultimamente, nós temos avançado na aprovação da Lei da Ficha Limpa. Eu acredito...

(Manifestação na plateia.)

A SRA. LUCRECIA ANCHIESCHI GOMES - Pois é, Ficha Limpa já. Acreditamos que em todo o Brasil os Municípios, os Estados estão adotando, estão expandindo a Ficha Limpa. Nesta Assembleia Legislativa do Estado do São Paulo foi divulgado, *en passant*, um projeto de um Deputado Estadual que propunha não apenas na Assembleia, mas em todo o Estado de São Paulo a adoção da Ficha Limpa. Eu gostaria de saber quem seria esse Deputado e se porventura será levada avante essa proposta.

Quanto à reforma política, como disse a Vereadora Luiza Erundina, que é uma pessoa...

(Não identificado) - Deputada Federal.

A SRA. LUCRECIA ANCHIESCHI GOMES - Eu não sou da Rede Globo, eu não sou aquela jornalista que nestes dias passou por um mico. Mas a Deputada Federal Luiza Erundina vem trabalhando desde 2000.

É claro que nós temos um trabalho bastante fundamentado. Aqui, em São Paulo, nós temos realmente trabalhado desde 2000, Deputada, na Ordem dos Advogados do Brasil, através da Comissão de Direito Político e Eleitoral. Depois estivemos fazendo um trabalho em outros Estados etc.

Gostaríamos que essa Frente Parlamentar — que me faz, a mim, Lucrecia, acreditar pela primeira vez em uma frente parlamentar — tivesse sucesso. E que venhamos, sim, a aprovar as propostas de reforma política pelo menos naquilo que venha satisfazer as aspirações do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

Desculpem as falhas do momento.

Muito obrigada. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Concedo a palavra ao Sr. Cláudio Costa, representante do Movimento de Resistência do Orçamento Participativo. Em seguida, falará Vera Machado.

O SR. CLÁUDIO COSTA SANTOS - Bom dia a todos e a todas, aos Parlamentares que compõem a Mesa, à querida Deputada Luiza Erundina, ao Presidente da Comissão Especial da Reforma Política, em Brasília, ao Deputado Simão Pedro.

Queria reproduzir aqui uma parte do relatório da reforma política, da versão 3 da plataforma do Governo, no que diz respeito a algumas questões da democracia participativa. Seriam cinco eixos: fortalecimento da democracia direta; fortalecimento da democracia participativa; aprimoramento da democracia representativa, ou seja, sistema eleitoral e partidos políticos; democratização da informação e da comunicação (*palmas*); e democratização e transparência do Poder Judiciário.

Com relação à democracia participativa, queríamos fazer uma pauta e encaminhá-la ao Deputado Simão Pedro, quando do lançamento da Frente Parlamentar nesta Casa. Defendemos a garantia dos referendos, dos plebiscitos, principalmente a implementação dos orçamentos participativos nos Municípios e os planos diretores com participação popular.

Para finalizar, gostaria de fazer um convite: amanhã, às 9h, na Câmara Municipal de São Paulo, o Movimento de Resistência do Orçamento Participativo da cidade de São Paulo comemorará 10 anos de participação popular, 4 anos na gestão da Marta e 6 anos fazendo a fiscalização do orçamento público na gestão Serra/Kassab. É o marco da participação na cidade, e agora estamos com a possibilidade de trazer esse debate aqui para a Assembleia Legislativa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Obrigado, Cláudio.

Com a palavra Vera Machado, da Marcha Mundial de Mulheres.

A SRA. VERA MACHADO - Bom dia a todas as companheiras. Saúdo a Mesa em nome da companheira Erundina, a única mulher no espaço de decisão da Mesa.



Nós, mulheres da Marcha Mundial de Mulheres, somos contra o voto distrital, principalmente porque no voto distrital nós estaremos de fora como mulheres. Primeiro momento. *(Palmas.)*

Outra coisa: no voto distrital vai prevalecer o poder econômico e o homem branco.

(Manifestação na plateia.)

A SRA. VERA MACHADO - Estou estabelecendo o que eu penso como mulher. Para isso, nós, mulheres, pretendemos, achamos e defendemos o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, o voto em lista partidária preordenada no sistema proporcional *(palmas)*, garantindo a representação partidária das mulheres e objetivando também o recorte étnico-racial.

Também defendemos a fidelidade partidária, as medidas que promovam e facilitem a participação popular no processo político e as leis de iniciativa popular, plebiscitos, referendos, e a institucionalização dos conselhos, conferências e orçamento participativo. É a única forma de nós, mulheres, realmente estarmos no poder de decisão. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Obrigado, Vera.

Agora vamos ouvir a saudação do Deputado Estadual Pedro Bigardi, que é Líder do PCdoB.

O SR. PEDRO BIGARDI - Bom dia a todos os componentes da Mesa. Quero cumprimentá-los, na pessoa do nosso Vice-Presidente da Assembleia, Deputado Jorge Rato. Cumprimento também todos os presentes.

Queria só fazer algumas considerações em relação à postura do PCdoB. O PCdoB tem um compromisso com a reforma política, pelas razões já apresentadas aqui, pela importância desse tema hoje no País. Neste momento em que nós temos uma democracia em consolidação, precisamos avançar na questão da reforma política para que não só o processo eleitoral, mas todo o processo político, de formação dos partidos, possa ganhar em termos de qualidade.

Mas existem alguns princípios que eu queria destacar aqui. O primeiro é que nós temos de ter um fortalecimento da democracia — eu acho importante citar esses princípios, para que possamos discutir todos esses temas a partir desses princípios. Fortalecimento da democracia, participação, envolvimento da comunidade, as



questões apresentas aqui agora há pouco, sobre como é que a população participa dos processos de governo. Então, acho que essa é a primeira questão.

Segundo, o fortalecimento dos partidos políticos. Os partidos políticos, hoje, mais do que nunca, são o local onde podemos gerar as políticas, os programas, as ideologias, os programas partidários. Então, é ali que podemos realmente fazer o debate profundo da sociedade.

Terceiro: processos eleitorais mais justos. Nós temos processos eleitorais absolutamente injustos, com diferenças absurdas de investimentos, de formas de fazer campanha; campanhas grandiosas, ricas, contrapondo com campanhas muito pobres, muitas vezes com incapacidade de levarem suas propostas. Então, há um processo eleitoral absolutamente injusto, em que pese todo o esforço — é preciso que se diga aqui — de aperfeiçoamento do processo eleitoral hoje existente no País.

Hoje existe um esforço muito grande dos TRES, do TSE, dos tribunais locais de fazer um aperfeiçoamento do processo eleitoral. Avançamos muito nessa questão, mas ainda temos uma campanha muito injusta.

E uma maior capacidade de controle, pela população, dos mandatos. A eleição não termina quando se dá o resultado; é preciso acompanhar todo o processo dos mandatos.

Então, a partir desses princípios, o PCdoB quer fazer este debate da reforma política, da reforma eleitoral, de forma muito profunda.

Existem algumas questões que queria citar aqui. Primeira, a questão do financiamento público. Nós temos que pensar na questão do financiamento público exatamente para combater todas essas diferenças que nós vemos e essa falta de transparência até na aplicação dos recursos.

Segunda, a questão das listas preordenadas ou listas mistas, como a Deputada Luiza Erundina falou para mim um pouco antes da reunião. A questão da lista fortalece o partido político. É a nossa visão.

Terceira, uma questão que não foi apresentada aqui ainda, mas é um debate que também precisa ser feito: a coincidência do calendário eleitoral. Nós temos eleição a cada 2 anos e isso interfere diretamente na ação dos governos. Então, em relação à coincidência das eleições, há polêmica também. O assunto precisa ser



aprofundado. É uma proposta que nasce — parece-me — dentro do PSB e que também precisa ser aprofundada.

E, por último, nesta minha consideração mais rápida, a questão das coligações. Nós, do PCdoB, entendemos que as coligações, que se caracterizam como uma associação de partidos políticos numa determinada conjuntura, deve ser mantida. Partidos médios e grandes se fortaleceram a partir de eleições em coligações proporcionais. A coligação proporcional hoje tem problemas, tem vícios, mas não se pode sufocar, não se pode deixar de permitir que aos partidos pequenos possam crescer e ocupar espaço na sociedade de forma legítima. Especialmente nos pequenos e médios Municípios, as coligações permitem aos pequenos partidos apresentarem-se à sociedade, apresentarem seus programas e crescerem.

Portanto, nós entendemos que a coligação proporcional não pode ser colocada como vilão nessa reforma política. Ela deve ser mantida, para que os partidos pequenos possam continuar se estabelecendo, crescendo, apresentando candidaturas e se fortalecendo na sociedade.

Eram estas as questões que queria apresentar aqui, rapidamente. Depois vamos dar continuidade ao nosso debate. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado.

O SR. SIMÃO PEDRO - Quero, em nome da Mesa, agradecer a Edgar de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Lins; a Maria Mesquita Hellmeister, Diretora da Nova Central Sindical dos Trabalhadores e membro do Conselho Estadual da Condição Feminina; a Yvone Barreiros Moreira, Presidente da Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo; a Edimar da Reciclagem, Vereador da Câmara Municipal de Mauá.

Registro a presença do Conselho da Mulher de Valinhos; do ex-Deputado Estadual desta Casa José Augusto, acompanhado do Vereador José Dourado, de Diadema; de Gabriel Medina, Presidente do Conselho Nacional da Juventude.

Obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Com a palavra agora o Deputado Alceu Moreira, membro da Comissão, representante do PMDB do Rio Grande do Sul.



O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Bom dia a todos, homens e mulheres.

Saúdo nossos representantes da Mesa; o nosso Vice-Presidente, Deputado Edinho Araújo; a Deputada Luiza Erundina; os Deputados Ivan Valente e William Dib. Saúdo também o Deputado Simão Pedro, o Sr. Walter Guilherme, que aqui representa o Poder Judiciário, e o nosso Vice-Presidente Jooji Hato, que representa a Presidência da Assembleia.

Nós estamos tentando fazer um debate e é normal que, em um momento como este, façamos uma série de confusões. A primeira delas é a seguinte: nós queremos discutir reforma política, mas acabamos discutindo sistema eleitoral.

Reforma política, o texto amplo, genérico, é forma de construção de poder, exercício e controle do poder. É disso que estamos tratando. E para que possamos tratar disso, temos que ter instrumentos, ferramentas disponíveis que nos possibilitem eleger pessoas com independência, vínculo ideológico-partidário, capazes de defender ideias, eixos que deem significado a seu próprio partido.

O discurso massa mole, esse que se agarra em qualquer parede, tem que sair do meio de nós. *(Palmas.)* Não representa absolutamente nada. É um discurso para cada público. E o eleitor vota em quê?

Vejo aqui, Deputada Erundina, V.Exa. defender com toda a força a participação popular. Mas, quando se fala em participação popular, logo vem o plebiscito e o referendo. Ele é reducionista; bom, mas estreito, pequeno, raro, pouco.

É preciso construir foros permanentes da sociedade civil organizada para poder trabalhar não episodicamente, mas sistemicamente sobre o processo. E nós vamos ter que discutir nesse processo. Isto, sim, trata de reforma política quando conseguirmos fazer a população ter voz e vez diuturnamente nas decisões políticas, senão acabaremos fazendo a representação da vontade popular pelo “sim” ou “não”. Eu que proponho o que eu quero que ele diga no plebiscito ou referendo. Gostaria muito que ele pudesse formular o que ele gostaria que eu dissesse no Parlamento. E, para ele formular, ele tem que estar presente na base. *(Palmas.)*

Segundo, o fim das coligações. Vejo aqui o PCdoB, partido com o qual temos uma relação fraterna, fazer um debate que, a meu juízo, é muito próprio da sua própria representação, mas que não é verdadeiro, se trabalharmos a possibilidade



de termos federações partidárias, estabelecermos a construção de fidelidade partidária com partidos que tenham identidade ideológica, que se comprometam, num lapso temporal x, a defender conjuntamente tais e quais ideias.

Com a coligação hoje, vota-se no ateu, e se elege um religioso fervoroso. *(Palmas.)* Vota-se no PCdoB, e se elege o DEM. Esse sistema certamente não pode. Mas vão dizer: “*E as federações?*” Ora, as federações têm tudo de bom, porque os partidos que têm identidade, história ideológica se aglutinam rapidamente em torno de pensamentos. E os partidos que são siglas de aluguel e só nascem para ser vendidos como ponto comercial não vão se federar por uma questão muito simples: não se pode federar o que não existe. Partido que não existe não se federa, não pode estar junto em lugar nenhum.

Por último, queria falar da coincidência de mandatos e de eleições. Somos favoráveis à coincidência de mandatos e de eleições. Não podemos trabalhar o cidadão brasileiro como se fosse um amontoado de gavetas com títulos específicos: eu abro a da saúde e fecho a da educação, tiro a do sorriso e abro a da tristeza. Não, não existe isso. Temos projetos políticos que nascem na vila, na casa do cidadão e terminam na Presidência da República.

Portanto, a eleição tem que ser no mesmo dia, num dia só, para que as propostas possam ser defendidas desde o Município até a União. Essa conversa mole de que não pode porque a discussão do Município ficará prejudicada não é verdade. Não é verdade! Os temas mais importantes de debate, financiamento da República brasileira, são temas comuns e concorrentes em todos os setores e, portanto, têm que ter cumplicidade. Por que não se atende aos Prefeitos? Porque a eleição solteira do Governo do Estado e do Governo Federal não gera nenhum compromisso com os Municípios, e eles acabam ficando com apenas 13% do recurso. *(Palmas.)* Façam as eleições juntamente, e o discurso tem que ter compromisso, tem que ter cumplicidade, tem que ter projeto de ponta a ponta. Por isso, sou favorável à coincidência de mandato e de eleição.

Financiamento público e exclusivo. Por que financiamento público e exclusivo? Ora, meu irmão, todos os processos hoje de corrupção o são por uma questão muito simples: fôrma de fazer diabo não faz Deus. Se ela foi feita para fazer diabo, queriam o quê? Do jeito que está o financiamento de campanha, o cidadão



vai para o Congresso Nacional sem independência. Ele é produto do meio, é financiado pelo eixo sindical ou pelo empresariado, alguém pagou a campanha dele, e ele chegou lá cheio de compromissos. Ele perde a independência. E sem independência não pode discutir a prerrogativa do Judiciário na modernização e transparência dos julgamentos; não pode trabalhar as prerrogativas dos Parlamentos, porque não tem independência; ele se acomoda com a medida provisória e vota de cabeça baixa, mesmo que não concorde quanto à emenda parlamentar; não pode se contrapor a um Governo imperial que tem 4 anos de mandato, que legisla por medida provisória, indica os membros do Supremo e governa, faz essas três coisas ao mesmo tempo. *(Palmas.)*

Deixo registrada a alegria de poder estar em São Paulo, de poder participar disto.

Deputada Luiza Erundina e Deputado Edinho Araújo, não sei o que posso fazer de importante no Congresso, dados o pouco significado que têm as prerrogativas do Parlamento e a divisão do poder entre os 513 Deputados, mas sei que a parte mais nobre do meu mandato será contribuir com humildade, com muito trabalho e absoluta convicção na construção de um instrumento que seja capaz de dar à cidadania o direito de desenhar com seus dedos, no dia a dia, o rosto do povo brasileiro, representado com fidelidade no Parlamento, tal como sua família, sua vila, suas ruas e suas cidades.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito bem, Deputado Alceu.

Com a palavra outro membro da Comissão Especial da Reforma Política, o Deputado Ivan Valente, do PSOL de São Paulo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Bom dia a todas e a todos.

Quero, na pessoa da companheira Deputada Luiza Erundina, cumprimentar toda a nossa Mesa e todas as entidades representativas também aqui presentes.

O tempo é muito curto. Quero dizer que não vai haver reforma política para valer se não houver pressão de baixo para cima, participação da sociedade civil organizada, movimentação popular. *(Palmas.)*



Se quisermos, de fato, fazer uma reforma política com participação popular, quatro eixos devem mobilizar os partidos e particularmente a sociedade civil organizada.

O primeiro diz respeito à eliminação da influência do poder econômico no processo eleitoral. E isso tem que ser feito por meio do financiamento público e exclusivo e da criminalização, cadeia para o receptor e para o doador também. *(Palmas.)*

E que os partidos políticos comecem a praticar o financiamento público deixando de receber recursos de pessoa jurídica. Vamos começar por aí. Eu quero saber quem é que faz isso. Falar, todo o mundo fala, e depois se contratam 10 mil cabos eleitorais. Com que dinheiro? Das empresas que mandam no Congresso Nacional, e nos Governos também.

Então, a primeira questão é esta: é preciso ter coragem política para que eliminemos a influência do poder econômico no processo eleitoral, razão principal da corrupção e da indignação popular contra o Parlamento e os Governos e do desgaste da política. Financiamento público e exclusivo, com penalização!

Segunda questão: soberania popular. Quero dizer o seguinte: quem tem medo de repartir poder não merece representar o povo. *(Palmas.)* Soberania popular é plebiscito, é referendo, é iniciativa popular, é revogabilidade de mandato. *(Palmas.)*

Nós só vamos ter isso com pressão popular. Não por iniciativa de um ou outro Deputado. Ou os senhores acham que alienar o subsolo brasileiro, como foi feito com a privatização criminosa da Vale do Rio Doce, não deveria ser por referendo? Ou acham que o debate que está sendo feito sobre o Código Florestal, que atenta contra o futuro, contra o futuro das gerações futuras, não deveria ser feito por referendo popular? *(Palmas.)* Não deveria ser feito só pelo Congresso Nacional e 160 ruralistas.

Então, temos que garantir que o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular e a revogabilidade de mandato não sejam contidos por barreiras. É preciso eliminá-las. Não se pode ter medo de dividir o poder. Quem representa o povo não tem medo de dividir o poder com o povo. O povo não vai referendar todas as questões.



O terceiro ponto: fortalecimento dos partidos políticos. Sem partidos programáticos, ideológicos, não vamos construir uma verdadeira democracia em nosso País.

Eu quero falar sobre os partidos e aqueles que querem eliminar partidos por meio da cláusula de barreira, dizendo que há muitos pequenos partidos de aluguel. Existem os grandes partidos de aluguel que, rigorosamente, cooptam os pequenos partidos para ganhar tempo na televisão e ganhar siglas pelo interior.

Nós somos a favor de eliminar qualquer barreira. Não há cláusula de barreira, não. Nós temos que garantir que os partidos programáticos, ideológicos sobrevivam.

Os senhores se lembram de que, quando veio a cláusula de barreira passada, o PSOL ganhou no Supremo Tribunal Federal, junto com o PCdoB, com o PV. O PRONA se fundiu com o PL, e surgiu o PR.

Acaba-se com um partido como? Com a prática dele. Nós temos que garantir a democracia. Que se avance nessa direção.

A quarta questão é a democratização da participação política. Isso significa que a nossa reforma, mais do que política, é eleitoral e partidária. Foram aqui tratados temas sobre questão de gênero, de cor e raça, de democratização da participação. Os partidos políticos têm que dar o exemplo internamente, têm que começar, inclusive, por garantir que oligarquias partidárias não os controlem. Essa discussão, sem dúvida, passa por um debate interno também.

Quero lembrar que o Congresso já tentou fazer reforma política. Em 2006, nós realizamos algumas modificações, na reforma eleitoral: *“Não se pode usar o bôton do partido. Eliminam-se as camisetas, isso e aquilo”*. Mas não se estabeleceu um teto de campanha eleitoral. E aí residia o perigo. Continua-se podendo comprar voto, de verdade, contratar milhares de cabos eleitorais, marqueteiros que custam 10 milhões de reais. Que igualdade existe nisso, na democracia brasileira?

Então, quero dizer, diante do nosso representante do Tribunal Eleitoral, o Dr. Walter Guilherme, a quem agradecemos a presença, que o financiamento público de campanha é essencial.

Diz-se que o TRE não tem condições de fiscalizar. O povo vai fiscalizar.

E digo que caixa dois é crime também e precisa ser punido! (*Palmas.*)



Então, não existe essa questão de fazer o público e o privado. Na hora em que se explicar para o povo que fazemos uma eleição, via financiamento público e exclusivo, dez vezes mais barata do que a que é feita atualmente, em que há as declarações, tenho certeza de que a população considerará isso.

Aqueles que são financiados pelo setor privado, inclusive pelos setores da grande mídia, que editorialmente são contrários a isso, são contra o financiamento público de campanha.

Quero dizer o seguinte: na hora em que conseguirmos isso, com participação, pressão popular, controle social, nós vamos avançar na nossa democracia. Para isso, é preciso organizar a sociedade brasileira, é preciso pressionar de baixo para cima, porque sem poder que emana verdadeiramente do povo não há democracia forte em nosso País.

Essas são as questões principais que queremos levantar.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. SIMÃO PEDRO - Quero anunciar e agradecer a presença do Sr. Valdir Marques, Vereador da Câmara Municipal de Rio Grande da Serra; do Pastor Lucas Nery, Diretor Nacional de Assuntos Legislativos da Força Sindical e membro do Sindicato dos Aposentados; da D. Ana Maria Lanatovitz, conselheira do Conselho Estadual da Condição Feminina e membro efetiva da Comissão da Mulher Advogada de São Paulo; e do Dr. Antônio, o Toninho, da OAB de São Miguel Paulista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Agora vamos chamar cinco pessoas do Plenário, pelo tempo regimental de 3 minutos. Esta é a sequência: Sr. Alexis Pomerantzeff, da Nação Linguística Portuguesa; Sr. André Machado Gomes, do SINDEEPRES, o Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros; Sr. Pablo Ribeiro, do Projeto Eu Lembro; Sra. Mônica Viana Romiti, da Câmara Municipal de Hortolândia; e Sr. Carlos de Oliveira Avila, do Movimento Eu Voto Distrital.

Com a palavra Alexis Pomerantzeff.

O SR. ALEXIS POMERANTZEFF - Bom dia a todos e parabéns pela presença aqui.

Eu gostei muito da Deputada Erundina, que tem ideias fabulosas.



Realmente a reforma política é uma necessidade. Há muitas reformas. A Lei nº 5.700, assinada no dia 23 de dezembro de 2009, exige que a bandeira do MERCOSUL seja hasteada junto com a Bandeira Nacional, mas a maioria das pessoas não a aceita. Então, depois de 2 anos da promulgação da lei, a maioria das pessoas não aceita essa lei.

O problema da participação popular é muito importante, mas o povo tem de ser informado sobre isso. Se o povo nunca for informado, ele não tem as bases, o conhecimento e, dessa forma, não pode existir essa participação popular.

Isso aqui depende muito do Ministério da Educação. O Deputado Simão Pedro, da parte cultural da Assembleia, poderia divulgar essas verdades a respeito da participação popular. Se eu perguntar aqui quem foi o redator principal da nossa Constituição, a maioria das pessoas não sabe. É muito importante saber o nome do redator principal da nossa Constituição. Mas por quê? Porque o Ministério da Educação não divulga, nos livros escolares, o nome do Senador que foi o autor da nossa Constituição, o Marquês de Maricá. É muito importante, porque há mais de 100 anos a reforma do sistema político já foi debatida.

Há 4 meses, estive com o Dr. Walter na OAB, em que se tratou da reforma política. O Dr. Walter concorda. Ele é um brilhante filósofo dessa questão.

Eu peço que o Ministério da Educação divulgue isso, para que seja do conhecimento de todo o povo brasileiro pelo menos o nome do redator principal da nossa Constituição.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Agora, ouviremos André Machado Gomes, do Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros — SINDEEPRES. (*Pausa.*) Ausente.

Concedo a palavra ao Sr. Pablo Ribeiro, do Projeto Eu Lembro

O SR. PABLO RIBEIRO - Bom dia a todos.

Caros Deputados, senhoras e senhores, brevemente vou falar do porquê do Projeto Eu Lembro e de como isso chega aqui, nesta discussão sobre reforma política.

Quando se faz uma pesquisa, 1 mês após as eleições, sobre em quem o eleitor votou, cerca de 30% das pessoas não lembra em quem votou para Deputado



Federal. Se a pesquisa considerar 4 anos antes, esse número muda para 70%. Então, parece que o Legislativo se relaciona com a população durante as eleições, mas, depois disso, ela se esquece. Por quê? Carece de ferramentas de participação democrática.

Existe o Eu Lembro, o projeto Votenaweb e ainda outros projetos digitais, como o Cidade Democrática, entre tantos que surgiram nessas eleições.

O que eu sinto realmente é que falta aproximar o cidadão do político. Eu comecei a estudar isso. Qual seria o sistema eleitoral que mais poderia criar esse vínculo entre o cidadão e o Legislativo? Minha análise é de que o voto distrital realmente é o melhor sistema para isso, pois ele cria esse vínculo entre o representante e o eleito. *(Palmas.)*

Eu sei quem é o representante da minha região e posso cobrar dele, falar com ele. Eu tenho esse vínculo. Ele vai me representar porque estou lá perto para cobrar dele. Em minha opinião, pelo menos, é diferente, por exemplo, de uma lista partidária. Vota-se no partido, e o partido escolhe quem vai representar o eleitor. As pessoas não pensam exatamente da mesma forma. Um partido tem a ideologia dele, mas cada um é um indivíduo. Eu preciso ter o vínculo com essa pessoa. Eu preciso conseguir utilizar, por intermédio desses Deputados, uma ferramenta de participação democrática.

Vale a pena pensar. Vocês lembram em quem votaram nas últimas eleições?
(Manifestações da plateia.)

O SR. PABLO RIBEIRO - Não, tudo bem. O mínimo que eu esperava aqui na Assembleia era que a maioria pudesse lembrar. Agora, se for considerada a população geral, realmente existe um déficit.

A questão é esta: de que forma vocês exercem essa função de participação democrática? Cobram deles ou não? Estando centrado no partido, isso não é possível. Por isso eu falo: descubram quem são os seus Deputados, apoiem eles, cobrem deles as soluções necessárias para construir esse Brasil com que tanto sonhamos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Agora ouviremos a Sra. Mônica Viana Romiti, da Câmara Municipal de Hortolândia.



A SRA. MÔNICA VIANA ROMITI DE SOUZA - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, senhoras e senhores participantes, eu vim aqui inicialmente para questionar uma coisa muito específica, que seria apenas da Câmara Municipal da minha cidade. Mas qual não foi a surpresa ao me deparar com tantas argumentações tão relevantes.

Estrategicamente, como hoje faço parte das minorias, a das mulheres da minha cidade, vindo com mais duas companheiras, no caminho nós discutimos que talvez não houvesse oportunidade de todas se manifestarem. Como estamos aprendendo com o poder, nessa prática diária, resolvemos nos inscrever, as três, por segmentos diferentes, e só foi dada a palavra a mim, pelo segmento Câmara Municipal de Hortolândia, porque uma, a Alessandra, representava a Marcha das Mulheres e a outra, a Adriana, representava o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres da minha cidade.

Vamos deixar aqui registrado que, na verdade, o que nós queremos é uma democracia verdadeira, é igualdade para todos. Queremos, se passar a lista fechada, a paridade de um por um, que garanta verdadeiramente os nossos direitos. Se for votado qualquer segmento de ordem que garanta os direitos dos cidadãos da minha cidade, das mulheres da minha cidade, do meu Estado, que seja bem-vindo.

Nós acreditamos também que não importa a forma, seja plebiscito, seja referendo. Se eu voto no meu Deputado, no meu Vereador, eu acredito que ele tenha condição de discutir e aprovar as matérias que venham ao encontro da nossa vontade.

Eu me lembro muito bem de quais foram os candidatos em que votei em todas as eleições de que participei, e já vou para a casa do meio século. Eu voto desde os 18 anos — isso faz algum tempo também —, mas a minha memória ainda permanece intacta.

Quero dizer a todos os representantes que discutem a reforma política que nunca se esqueçam do povo da nossa cidade, porque é lá que sofremos os reflexos de todas essas discussões ideológicas, que, quando vão para o papel, geralmente não vão da forma que nós esperamos.

Na verdade, eu vim aqui discutir o número de Vereadores da minha cidade, porque havia um conflito na legislação, que não se fazia entender claramente, para



que pudéssemos votar agora, antes do recesso. Mas, diante dessa discussão, eu gostaria de deixar registrada aqui manifestação da cidade de Hortolândia: nós nos preocupamos, sim, com o cidadão lá do Município, porque somos municipalistas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Agora ouviremos o Sr. Carlos de Oliveira Avila, do Movimento Eu Voto Distrital.

O SR. CARLOS DE OLIVEIRA AVILA - Obrigado à Mesa pela oportunidade de me manifestar aqui.

Quero cumprimentar todos os presentes. Vou ser bastante breve nos cumprimentos, para aproveitar o meu tempo.

Eu escutei muitas ideias aqui hoje, ideias boas, vários argumentos. O único ponto comum em todas elas é que, de fato, precisamos mudar, porque hoje o nosso sistema eleitoral é totalmente diverso, não nos tem dado bons resultados. Aliás, é comum a todos nós que ele só nos tem levado a más notícias e a uma degradação da representação.

Concordo com o Deputado William quando diz que, na verdade, existem três grandes problemas que temos de encaminhar, que são as questões da representatividade, da democracia e do custo de campanha. A minha defesa aqui é pelo voto distrital, porque acho que ele atinge muito bem esses três problemas que existem hoje no nosso sistema.

A representatividade. O voto distrital vai assegurar que todos os cidadãos brasileiros estejam devidamente representados. Isso vai muito além da questão de segmentos que não estejam representados, porque hoje a representação é muito distorcida. A cidade de São Paulo, pelo voto distrital, teria uma quantidade muito maior de representantes na Câmara do que tem hoje. E outras grandes distorções que acontecem seriam eliminadas com o voto distrital.

O custo de campanha. Evidentemente, o Brasil tem um custo de campanha absurdo. Aliás, essa é uma das maiores distorções que temos. Hoje, de fato, é possível comprar um voto, comprar um cargo, se eleger, não ter o menor compromisso com a população e fazer exatamente o que bem se entende, sem dar bola para a população. A verdade é que, com o voto distrital, o custo da campanha vai ser muito reduzido, porque a área geográfica que um candidato vai ter que



percorrer vai ser muito pequena. Isso vai obrigar a uma dinâmica diferente ao se fazer campanha, vai obrigar os candidatos a realmente falar com a população e a conquistar votos com uma argumentação mais direta, e não como ocorre no sistema de hoje, em que se vende o candidato quase como sabonete na televisão.

A questão da democracia. O voto distrital elege os representantes pelo voto majoritário, que é o sistema que temos hoje para Presidente, para Governador, para Prefeito. É um sistema que já é utilizado, é um sistema extremamente simples.

Hoje escutei muito aqui sobre as questões das minorias. Acho que esse é um ponto extremamente relevante, que precisamos levar em consideração. O nosso ex-Presidente, que é afro-brasileiro, chegou ao poder. Hoje, há uma mulher na Presidência, há uma mulher que é Ministra da Casa Civil. As distorções no sistema não têm impedido que as mulheres aumentem sua participação. Mas, de qualquer forma, esse é um ponto relevante a ser tratado quando fizermos uma formulação do voto distrital.

Agradeço a todos a atenção.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Continuaremos a ouvir a plenária. Passarei a palavra a Nádia Campeão, Presidente Estadual do PCdoB; a Alessandro Lorena Coimbra, da Amigos Associados de Jacareí; ao Pastor Lucas Nery, do Sindicato Nacional dos Aposentados; a Yvone Barreiros Moreira, da Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo. Eu queria que alguém do Sindicato dos Empregados nos Estabelecimentos de Serviços de Saúde em São Paulo pudesse aqui se apresentar.

Tem a palavra a Sra. Nádia Campeão, Presidente Estadual do PCdoB.

A SRA. NÁDIA CAMPEÃO - Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Cumprimento todos os Deputados e Deputadas da Mesa.

Acho que o debate que estamos fazendo aqui é realmente indispensável para o funcionamento dos partidos políticos, mas sobretudo para a democracia brasileira, que é de interesse de todos os cidadãos e de todas as cidadãs que aqui comparecem.



O forte desta audiência pública é realmente entendermos e percebermos como o povo brasileiro está vendo a nossa política, o funcionamento partidário e eleitoral.

Eu queria comentar dois ou três pontos que aparecem aqui no debate com frequência, para justamente, por meio do contraditório e do debate, irmos formulando o que é melhor para o nosso País.

Talvez a reforma política que queremos precise de muito mais tempo e de muito mais debate, mas vamos fazendo, à medida que as oportunidades aparecem. Não vamos desperdiçar as oportunidades.

Eu queria falar primeiro sobre a questão do voto proporcional e do voto distrital. Muitas vezes, aparece de forma legítima a ideia do voto distrital como aquele voto que permitiria ao eleitor ter uma relação mais próxima com o eleito, com o Deputado, com o Vereador. Acho que é respeitável esse anseio do eleitorado. Mas eu ponderaria que hoje o voto proporcional já nos permite contemplar dois anseios do eleitor.

Um deles é o de que ele valorize mais alguém que está mais perto, que é mais do bairro ou da cidade e que, portanto, tem um contato mais próximo. Esse é um voto que hoje é possível dar. Muitos Deputados hoje são eleitos com base nisso, são de uma determinada cidade, de uma região. Então, o eleitor hoje não está impedido de eleger representantes com essas características. Mas hoje o eleitor também tem o direito de eleger Deputados e Parlamentares que respondam por bandeiras políticas mais gerais. (*Palmas.*) Por exemplo, alguém que levante a questão do trabalho ou de uma categoria importante, a questão da saúde. Então, há gente que abraça uma bandeira como essa e pode ter votos no Estado todo. Uma companheira que levante a questão dos direitos da mulher, talvez, num determinado distrito, tenha dificuldade de cativar o voto majoritário.

Então, no meu ponto de vista, o sistema proporcional hoje não deveria ser alterado, porque ele permite que haja votos de representação regional, se for a vontade do eleitor, e votos que sejam de bandeiras políticas, compromissos políticos mais gerais. Essa é a primeira ponderação que eu faria.

O segundo ponto é que acho que temos um núcleo importante, que poderia ser mudado nessa reforma política, que talvez altere muito mais coisas. No nosso



entendimento, seria o financiamento público e o voto em lista. Outros já falaram sobre o financiamento público, não vou insistir nesse assunto.

No caso do voto em lista, algum companheiro disse antes aqui que, nesse tipo de voto, os candidatos não têm cara, não vamos ver a cara dos candidatos. Não sei, o que entendi do voto em lista é que os partidos organizam a sua lista através de processos dentro dos partidos, e os partidos mais democráticos farão escolhas mais democráticas. Os partidos que têm cúpulas autoritárias vão continuar existindo como existem hoje, e também definem as suas listas dessa forma. Então, não vamos corrigir o problema de haver cúpulas autoritárias, com ou sem a lista. A lista seria definida pelos partidos e, claro, seria divulgada. Quem é o primeiro da lista? E o segundo, e o terceiro, e o quarto? É um homem e uma mulher, ou são três homens e depois uma mulher, ou são dez homens e nenhuma mulher? Isso vai ser divulgado.

O eleitor vai votar na proposta política de um partido com que ele se identifique. Será debatido o programa, mas o eleitor votará sabendo quem são os primeiros que entrarão. Se o partido eleger três, ele saberá quem são os três. Então, é uma combinação. Acho que esse é um esclarecimento importante.

Por último — meu tempo está se esgotando —, o problema da coligação proporcional. É um tema realmente polêmico. Nós do PCdoB sabemos que a maior parte dos setores hoje gostaria de acabar com a coligação proporcional. Queríamos acrescentar só uma informação, que é a seguinte: o nosso cálculo de quociente eleitoral — o Presidente do TRE está aqui — dificulta muito que os partidos menores, as correntes mais minoritárias ou os partidos que estão começando na vida política atinjam representação parlamentar.

Para que tenham uma ideia, no Estado de São Paulo, para se atingir uma primeira cadeira, é preciso ter 1,4% dos votos válidos. Em Santa Catarina e Pernambuco, 4%. Nos Estados do Nordeste e do Centro-Oeste, 12,5% do eleitorado. Então, para um partido político conseguir uma vaga no Norte e no Nordeste, precisa obter 12% dos votos.

Portanto, o quociente eleitoral é um cálculo que força, de certa maneira, que os partidos tenham que se unir. Alguns se unem mais programaticamente, outros se unem pela necessidade de atingir o quociente, de sobreviver.



Eu acho que precisamos procurar um mecanismo que garanta que essas correntes todas — o Brasil adotou o sistema pluripartidário, e é importante que assim continue — possam ter representação parlamentar.

Por isso, temos questionado o problema do fim da coligação, como talvez um impedimento para que continuemos a ter uma representação ampla e pluripartidária em nosso País.

Obrigada a todos pela atenção. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Luiz Erundina) - Chamamos agora para fazer uso da palavra Alessandro Lorena Coimbra, da Amigos Associados de Jacaré.

O SR. ALESSANDRO LORENA COIMBRA - Bom dia a todos.

Bom dia aos membros da Mesa.

Quero ser breve. Eu acho que o papel da população com o Parlamento está invertido. Quem manda é a população, por intermédio dos Deputados. Hoje, o que ocorre é que a população tem de pedir pelo amor de Deus para que se aprove alguma coisa. No caso do Ficha Limpa, foi preciso colher 1 milhão e 500 mil assinaturas. (*Palmas.*) Isso é um absurdo! É um absurdo!

Há um problema em meu Município, onde se quer reduzir de 65 para 60 anos a gratuidade para os idosos, mas não se consegue, porque a maioria dos Vereadores é vendida à empresa de ônibus. A empresa de ônibus os compra.

Então, venho solicitar aqui que o Parlamento determine um tempo, um período para os Parlamentares. Sou a favor de até, no máximo, dois mandatos. Que haja oxigenação de poder! O povo tem que parar de pedir pelo amor de Deus a toda hora.

Também quero pedir outro favor. Nisso que está sendo discutido a respeito da reforma política se inclua a realização de um plebiscito, para que a população escolha o sistema que ela quer. O povo é que detém o poder. Que se fortaleça o poder do povo! E que se pague o salário. No meu Município, vai ser aprovado aumento de salário para Vereador. De 4.500, vai para 10 mil reais. Vai para 10 mil reais!

Para finalizar, digo que, quando a pessoa se filia a um partido político e não está satisfeita com o partido, cria-se uma dificuldade para a pessoa sair do partido político. Então, quero solicitar que a população faça a comunicação só ao cartório



eleitoral, porque o Presidente do partido se esconde. Todo o mundo se esconde, e a pessoa não consegue.

Deixo aqui as minhas observações.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Luiz Erundina) - Obrigada, companheiro.

Chamamos agora para fazer uso da palavra o Pastor Lucas Nery, do Sindicato Nacional dos Aposentados.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Registro a presença do Deputado Estadual Marcos Martins.

O SR. LUCAS NERY - Bom dia a todos.

É um prazer imenso estar nesta Assembleia maravilhosa e saber que aqui a voz do povo é a voz do povo.

Represento aqui o Sindicato Nacional dos Aposentados, que tem participado muito dos trabalhos legislativos em todo o Brasil, especialmente em Brasília, onde estou quase todos os dias.

Assim, pudemos contribuir especialmente para o desenvolvimento do nosso País, a começar pela própria política. É importante que cada um de nós expresse seu desejo de ver esta política tão difícil e tão danosa que temos hoje progredir, trazendo-nos verdadeiramente o sentido político.

Observo que aquilo que defendo aqui muitos defendem também. Pedi a palavra porque imaginei que poucos pensassem igual a mim, mas, pelo contrário, quase todos estão realmente defendendo o voto distrital. É por aí que a coisa vai acontecer. *(Palmas.)* É por aí que vamos entender a participação do povo mais diretamente com seus representantes.

Posso dizer também que estou aqui representando pouca gente... Represento 500 mil associados, entre aposentados e idosos, do Brasil inteiro. De forma que é uma participação efetiva e valiosa para todos nós.

Também, quero dizer que apoio totalmente essa iniciativa da nossa Assembleia Legislativa, porque, verdadeiramente, isto está acontecendo aqui. No nosso Brasil, não está acontecendo isto, nem no Congresso Nacional. Ainda estão em fase de estudo, ainda estão procurando avaliar como eles podem chegar a um



denominador comum. E aqui já se está trabalhando efetivamente em cima do assunto.

Estamos preparados para colaborar com essa campanha no Brasil inteiro.

Agradeço à Mesa, na pessoa da companheira Deputada Erundina — estamos sempre em Brasília juntos —, que é a nossa grande representante no Congresso Nacional.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Luiza Erundina) - Obrigada, companheiro.

Chamamos agora para fazer uso da palavra o Sr. Ademar Barros, do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de São Paulo.

O SR. ADEMAR BARROS - Bom dia, senhoras e senhores.

Serei bem breve. Quero dizer que, apesar de jovem, ainda acredito em uma mudança que aconteça o mais rápido possível.

Quero fazer um desafio e um convite às mulheres. Eu represento uma instituição sindical, mas também sou militante político, na cidade de Mogi das Cruzes. Como militante político, tenho tido dificuldades. Já existe uma cota de 30% para as mulheres, mas, por incrível que pareça, não só eu, também os outros colegas, temos dificuldade de fazer com que as mulheres realmente venham para os partidos políticos e possam, de fato, exercer o direito que já têm, que já existe.

Eu não vejo problema que, em relação às mulheres, seja um por um. Eu só acho que as senhoras mulheres e nós homens também precisamos criar incentivos para que as mulheres venham, de fato, vestir essa roupa e, juntamente conosco, nos partidos, começar a exercer esse direito. Até agora, está no papel, não se cumpre. Não se consegue trazer as mulheres para dentro dos partidos. Pensemos numa forma de trazermos as mulheres para dentro dos partidos.

A questão do financiamento público eu acho ótima.

Quanto ao voto distrital misto, creio que esse seria o melhor caminho.

Eu deixo aqui uma pergunta ao Sr. Relator: esse balão de ensaio, essa discussão eu acho ótima, mas é para a eleição que vem ou é para o futuro?
(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Luiza Erundina) - Obrigada, companheiro.



O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Pela oportunidade da pergunta, digo que cada um tem uma visão. A minha visão é de que não teremos reforma política eleitoral para o próximo ano, porque senão se causaria uma profunda instabilidade no mundo jurídico. Há alguns detalhes e questões não muito debatidas e muito complexas. Para as eleições municipais, de Prefeitos e Vereadores, em 2012, tenho a impressão de que não haverá mudança nas regras do jogo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Luiza Erundina) - Aviso que o Instituto do Legislativo Paulista entregará certificados de participação aos presentes. Ao final do evento, estará alguém aqui, próximo à mesa, para entregar o certificado a cada participante que possa apresentar-se a essa pessoa que vai fazer a entrega.

Com a palavra a última inscrita desta rodada, a companheira Yvone Barreiros Moreira, da Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo.

O SR. SIMÃO PEDRO - Enquanto a Yvone se dirige à tribuna, quero agradecer à Sra. Maria Aparecida de Laia, Coordenadora-Geral da Coordenadoria dos Assuntos da População Negra da Prefeitura de São Paulo; ao Sr. Delmar Mattes, do Coletivo Curupira; ao Vereador Nilsinho, do Partido dos Trabalhadores, da cidade de Ilha Solteira.

A SRA. YVONE BARREIROS MOREIRA - Exma. Sra. Deputada, querida companheira de periferia, de campanhas, a população deveria eleger os Parlamentares sem que fosse induzida pela grande mídia. Entendo que a nossa grande mídia hoje é um dos maiores responsáveis, um dos maiores culpados pela violência neste País. (*Palmas.*)

Então, Deputada Luiza Erundina, é uma satisfação muito grande, e eu não poderia deixar de exteriorizar minha opinião sobre o seu comportamento dentro do nosso Partido Socialista Brasileiro. Não queremos intrusos que queiram desfiliar pessoas do nosso partido, não queremos intrusos que queiram fazer do nosso Partido Socialista um instrumento para interesses pessoais.

Minha alegria é muito grande, Desembargador Walter Guilherme, pela sua presença, até porque a minha vida profissional se reduz ao Poder Judiciário. São mais de 20 anos atuando dentro do Poder Judiciário. E nós temos uma série de críticas quanto a ele, como o senhor bem sabe — não só eu, mas a população —, até porque minha condição de presidente da Associação dos Oficiais de Justiça me



faz conhecedora do que é o Judiciário por dentro, dentro dos autos do processo, e de como a população sofre. Nosso Ministro Peluso declarou que o Judiciário é danoso, perverso, custoso e ineficiente, e a declaração dele é muito grave; porém, apesar de todo o pessimismo desse Ministro, eu não tenho esse pessimismo, com uma experiência de mais de 20 anos dentro do Judiciário, até porque hoje os Parlamentares eu os visualizo e acompanho um a um, na atividade parlamentar, aqui na Assembleia Legislativa e em Brasília. Nós temos 15 anos de frequência a Brasília, para saber o que acontece lá também, para defender a categoria dos trabalhadores/servidores públicos e a população em geral.

Eu sinto-me qualificada para dizer: a população, o povo não confia na maioria dos políticos, não confia no Judiciário; porém, a presença desses Parlamentares, cada qual com seu perfil ideológico, para mim constitui uma esperança de que é possível, dentro do Judiciário, uma nova geração de magistrados. E o desempenho do Desembargador Guilherme, que também conheço de perto, é o da nova geração do Judiciário, porque em tempos passados magistrado, juiz de direito que comparecesse à Assembleia Legislativa seria censurado pelo Presidente do Tribunal de Justiça ou pelo órgão especial, e hoje o senhor é muito bem-vindo, e renova a nossa esperança de um Judiciário justo, e é disso que nós precisamos.

Que seja bem-vindo esse novo Judiciário, um Judiciário que trabalha junto com a Assembleia Legislativa, com os novos Deputados, com suas ideias avançadas, e com o Poder Executivo — lamentavelmente, o Poder Executivo ainda domina esta Assembleia Legislativa, tendo a maioria dos seus Deputados nas mãos; esta é uma reclamação que nós não podemos deixar de fazer.

Para resumir as nossas ideias, porque o tempo é insuficiente, deixo sugestões para a reforma política:

- Campanha — a campanha para os candidatos a cargos eletivos precisa ser iniciada no mínimo com anos de antecedência, para que esses candidatos tenham oportunidades idênticas, diante da mídia, de expor as suas ideias, porque não há coisa pior do que o horário eleitoral para a população;
- Legalização de conselhos populares;
- Paridade de gênero;
- Critérios para a seleção do candidato, exigindo-se, sim, a ficha limpa;



- O conteúdo programático-ideológico dos partidos e dos seus candidatos têm de ser divulgado pela mídia também;

- Disciplina didática e pedagógica de conteúdo político, valorizando a população do campo;

- E, urgentemente, é preciso criar mecanismos, na própria reforma política, da reforma agrária. Urgentemente!

- Que se dê um basta à mídia controladora, selecionadora, castradora até, que incentiva este cruel sistema capitalista. É possível, numa reforma política, termos legislação própria para coibir essa atuação da mídia.

- Criação de uma escola superior de formação de lideranças populares. Por que não? A população que demora 2 horas, 3 horas, 4 horas para ir e voltar do trabalho não tem tempo de ler, não tem tempo de se politizar. Ela vai ficar condicionada pela mídia, pela televisão. Como é que nós vamos formar lideranças se de repente nós nos deparamos com um PhD em política, em sociologia, em direito? Então, a formação de lideranças populares é imprescindível, e o jeito como nós trabalhamos eu sei como funciona, porque estou há mais de 20 anos atuando, militando; embora em uma associação eu faça um trabalho sindical, é tudo muito difícil, porque quem manda é Brasília, com todas as suas pilantragens, como nós vemos no Senado brasileiro, e na Câmara Federal também.

- A fidelidade partidária é extremamente necessária.

Perdoem-me, mas há tantas coisas a dizer... Mas sejam bem-vindos os componentes da Mesa, para uma nova visão política. E a reforma eleitoral também é necessária; só que, eu concordo, não podem ser feitas as duas juntas, porque seria muito problemático. Teríamos de mexer na Constituição Federal.

Aliás, é preciso mexermos na Constituição Federal.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. SIMÃO PEDRO - Olhem, antes de o Deputado Jooji Hato chamar os próximos cinco, nós queríamos fazer um convite à Deputada Leci Brandão para fazer um pronunciamento aqui (*palmas*), e depois também ao Deputado Marcos Martins, que já está conosco aqui na Mesa, para a sua saudação.

A SRA. LECI BRANDÃO - Que Deus proteja, abençoe e ilumine todos os que aqui estão. Muito obrigada, Deputado Simão. Eu queria, com muita honra,



cumprimentar a coordenadora desta audiência, desta conferência, que é a Deputada Federal Luiza Erundina, para quem eu já tive o prazer de subir num palco e cantar, pela sua campanha. Eu tenho muita honra por ter no meu currículo o registro de ter cantado para a senhora, ouviu? (*Palmas.*)

Eu não ia falar, não, mas acontece que quando a gente vem a uma conferência como esta, escuta algumas coisas e sente-se mais ou menos “atingida”, entre aspas, a gente tem de se pronunciar. E quem me conhece sabe que eu sou uma pessoa absolutamente sincera, verdadeira, porque a minha formação, recebida de D. Leci de Assunção Brandão, que é uma servente de escola pública aposentada, fez-me assim.

Foi comentada muito aqui a questão do voto distrital, do voto proporcional, enfim, mas eu quero registrar aqui que estou realmente olhando para o meu umbigo. Vou confessar: estou olhando para o meu próprio umbigo. Os senhores vão dizer que eu fui eleita a segunda mulher negra da história da Assembleia Legislativa de São Paulo, e eu não sou paulistana; eu sou carioca de Madureira, criada em Vila Isabel, compositora da Mangueira, cantora popular, enfim. Só que, como cidadã... Antes de ser artista, eu sou cidadã; meu nome verdadeiro é Leci Brandão da Silva. Não tenho pseudônimo. Nos meus 36 anos de carreira eu sempre tive muito orgulho de ser uma mulher negra, de ter uma origem pobre, de cantar pelas minorias; talvez tenha sido a primeira compositora neste País que não teve vergonha de defender ninguém. Eu canto para os seres humanos, independentemente da cor, independentemente da Região; se nasceu no Nordeste, se nasceu no Sul, não me interessa; independentemente da opção sexual, independentemente do credo, independentemente do time por que torcem, eu canto para as pessoas. Escrevo, porque eu sou compositora, antes de tudo para as pessoas.

Só que nos últimos 25 anos, na hora em que eu estava abandonada pela mídia, que foi tão comentada aqui... porque a mídia também não gosta de mim. Ela não gosta de mim porque eu penso! Ela não gosta de mim porque eu não canto aquilo que o programa que está em primeiro lugar no IBOPE quer (*palmas*). Ela não gosta de mim porque não vou para lá fazer palhaçada, não é? Então, há 25 anos eu cheguei aqui a São Paulo, com um LP debaixo do braço chamado *Leci Brandão*, e um homem chamado Moisés da Rocha, um negro — um dos poucos negros — que



tem um programa na *Rádio USP* chamado *O Samba pede Passagem* começou a mostrar o meu trabalho aqui, e o povo do Estado de São Paulo reconheceu-me, o povo do Estado de São Paulo adotou-me, o povo do Estado de São Paulo devolveu-me a autoestima, o povo do Estado de São Paulo disse-me: “Continue, Leci, porque você é uma pessoa que está fazendo bem para o nosso coração, que está fazendo bem para a nossa cabeça”; então eu recebi o título de cidadã paulistana, dado por um Deputado, inclusive do Partido dos Trabalhadores.

Eu sempre subi, como artista, em todos os palanques dos partidos de esquerda. Por isso mesmo eu tive o meu nome na censura, eu tive o meu nome boicotado, eu tive o meu nome sempre fichado. Só nunca fui presa, nunca apanhei, nunca fui torturada. Mas existe a tortura mental... E quando o PCdoB me chamou para filiação, quando eu fui convidada para lá, eu demorei muito para responder a isso. O que me fez ser candidata não foi o oportunismo, não! Foram os movimentos sociais. Foram as mulheres, foram os homens (*palmas*), foram os estudantes, foram os índios, foram os quilombolas, foi o movimento negro, entenderam? Quem forçou a barra... Vou usar o termo popular: forçou. “Leci, vai! Vai, porque a gente quer que você vá!” E eu, que não nasci nesse Estado, aí, minha gente, fui eleita.

Só que aqui, dentro desta Assembleia, eu encontrei vários, vários Deputados, dos partidos de esquerda, que me têm ajudado. Eu tenho aqui inclusive o testemunho do Deputado Simão Pedro, que está aqui, do Deputado Adriano Diogo, do Deputado Donizete. As Deputadas também têm-me ajudado bastante. No meu primeiro discurso eu citei as 10 mulheres que estão aqui (porque comigo são 11). Então, quando as pessoas chegam aqui e falam da coisa maravilhosa que é a paridade, eu acho fantástico. Temos de ter exatamente homens e mulheres. Por que é que o Estado mais importante da Nação brasileira tem 94 Deputados e apenas 11 mulheres, e apenas uma mulher negra? O que é isso? Tem de haver alguma política, sim! Tem de haver uma política urgentemente!

Outra coisa: embora eu não venha da Academia, embora eu não tenha diploma universitário, embora eu não seja uma mulher teórica, não tenha nenhum PhD, eu participo de duas Comissões nesta Assembleia, a de Educação e Cultura e a de Direitos Humanos. Podem perguntar aos meus colegas, aos meus pares da Comissão, sobre os pareceres que nós temos dado. Perguntem a eles como é que



está sendo o nosso comportamento dentro desta Assembleia. É o primeiro mandato da minha vida! É a primeira vez que eu entro neste universo. Mas eu não tenho constrangimento de perguntar para os meus pares. Eu não sei nada do que acontece aqui, mas eu pergunto todo dia. Eu estou enchendo o saco de Deputado, de gente de gabinete. Amaral está aí de prova. *(Palmas.)* Pergunto tudo, porque eu não sei nada, mas eles me estão ensinando. Sabem por que me estão ensinando? Porque eu disse para o PCdoB: eu vou para a Assembleia Legislativa, mas eu quero participar da agenda positiva; eu não vou ficar discordando só pelo prazer de discordar *(palmas)*, porque a sigla partidária, na minha cabeça, é uma coisa — sabem? — que não é importante. Eu quero saber qual o projeto que vai atender sabem a quem? Ao povo de São Paulo, que me botou aqui dentro. É isso que eu quero saber.

Então, quando chega um projeto que tem alguma coisa escrita que contemple as reivindicações que eu escutei no meio da rua... porque o meu partido não deu dinheiro, não, porque não tinha dinheiro para dar; então disseram-me: “Você corre o risco de pagar um mico. Você não vai ser eleita.” No dia seguinte, de manhã, eu estava na rua. Fui para a rua pedir voto. Eu não tenho vergonha de ir para a rua, de ir a lugar nenhum. Sempre fui para a favela cantar! Sempre fui para a comunidade cantar! Por que não posso ir lá pedir voto? Eu era uma candidata, e fui pedir voto na rua.

Na hora em que você vai para a rua é que você vê o que é que você representa, porque muita gente me disse: “*Eu nem gosto de samba, neguinha. Eu não gosto nem desse negócio de música. Mas vou votar em você pela sua história, pela sua personalidade, por tudo que você fez, pelas suas atitudes.*” É por isso que eu estou nesta Assembleia.

Então, o que eu quero dizer é o seguinte, quanto à questão do voto proporcional: se não houvesse esse voto eu não estaria aqui. É isso que eu quero deixar muito claro. E eu nunca fui uma pessoa oportunista; se os senhores verificarem a minha carreira, vão ver lá as músicas sociais que eu sempre fiz, desde o primeiro dia em que usei um microfone na vida. *(Palmas.)* Era isso que eu queria deixar claro.



E vou dizer aos senhores: concordo com o que disseram aqui; há uma distância do político para o povo, mas só se o gabinete não for acolhedor. Só se o gabinete não for acolhedor — porque ninguém deixa de ser recebido, saibam, no gabinete aqui, não. Vai todo o mundo, vem todo o mundo aqui. E já conseguimos fazer inúmeras, inúmeras reuniões aqui. Pessoas já me disseram, com lágrimas nos olhos: “Nós nunca entramos na Assembleia, Leci. Estamos entrando com você.”

Então, era isto que eu queria deixar muito claro: sou a favor da reforma, sou a favor do financiamento público, sim — entenderam? —, porque eu acho que todo o mundo tem o direito, eu acho que todo cidadão tem o direito de estar representado aqui. E quero dizer às mulheres presentes: não tenham vergonha! Vamos para as candidaturas! Vem aí a eleição municipal, e tem de haver muita mulher no poder!

Este é o momento da mulher. Temos uma Presidente, Chefe da Casa Civil, e agora temos de estar nas Câmaras Municipais, e futuramente, se Deus quiser, nas Assembleias Legislativas.

Muito obrigada, e que Deus os abençoe. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Jooji Hato) - Agora ouviremos as palavras do Deputado Marcos Martins.

O SR. MARCOS MARTINS - Quero cumprimentar a Mesa na pessoa da Deputada Luiza Erundina, e na pessoa do Deputado Simão Pedro cumprimento a todos, cada um aqui, cada um e cada uma que está aqui presente.

Vou tentar ser breve, ser rápido, também, mas é importante dizer alguma coisa para que os senhores tenham uma ideia da procedência, não é? (*Risos.*) Sou de origem camponesa; trabalhei na roça, com a enxada; sou paranaense, pé vermelho, e bem cedo passei a me interessar pela política. Fui descobrindo que a política decide a nossa vida, e se nós não nos interessamos pela política nós ficamos alheios, passamos ao largo das decisões. E fui Vereador, por 5 mandatos, da cidade de Osasco, a duras penas, fazendo campanha do jeito que os senhores devem imaginar, com as maiores dificuldades; fui eleito Deputado Estadual, e estou no segundo mandato agora.

A lei que proíbe o uso do amianto no Estado de São Paulo é de minha autoria. Mata no mundo de 100 mil a 150 mil pessoas por ano, esse tal de amianto — que a maioria das pessoas não conhece, não sabe o que é —, que tem 3 mil tipos



de aplicações, e nós continuamos enfrentando um *lobby* muito grande para retrocedermos. Se puderem anular a lei que está em vigor, eles vão fazê-lo. Nós estamos pedindo, aproveitando a presença aqui dos Deputados Federais, que se faça o banimento nacional. Não é possível continuarmos assim. São mais de 50 os países que já proibiram, e nós não podemos continuar, no Brasil, ainda trabalhando com um material que mata, que é cancerígeno.

E se eu encerrasse a minha vida pública hoje aqui, eu já me daria por pelo menos parcialmente realizado: um camponês que andava descalço, hoje sou Deputado Estadual, podendo dar contribuição, tendo voz e voto. Mas eu não me sinto satisfeito; eu gostaria que essa oportunidade fosse mais abrangente, para que mais gente pudesse participar das decisões, para que a gente pudesse aprimorar a nossa democracia com a participação popular. Então, a reforma já deveria ter acontecido; mas, como as coisas são lentas, nós esperamos que possamos avançar no aprofundamento da democracia neste País.

Precisamos ter financiamento público. Há quem faça propaganda contra ele, mas fica mais barato, tem controle, e a população acaba sabendo. Precisamos ter fidelidade partidária. Precisamos ter lista, para ter controle. É um conjunto de coisas novas, e o povo fica meio assustado, mas nós precisamos encarar isso, e avançar. Do jeito como estamos é que não podemos ficar.

Um grande abraço a todos. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. COORDENADOR (Jooji Hato) - Agora ouviremos mais um jovem, o Presidente do Conselho Nacional da Juventude do Governo Federal, Gabriel Medina. E queremos anunciar a presença do nobre Deputado Sebastião Santos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. COORDENADOR (Jooji Hato) - Ah, sim. Um instante só.

O SR. WALTER DE ALMEIDA - É que alguém me fez uma consulta aqui a respeito do número de Vereadores. Eu responderei. Quem... Está aqui quem fez a consulta, Mônica? Eu respondo por *e-mail*, mas diga o seguinte: é *monicavrs@hotmail.com*? É isto? Eu respondo por *e-mail*, está bem? Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Jooji Hato) - Com a palavra o nobre Gabriel Medina.



O SR. GABRIEL MEDINA - Bom dia. Eu queria saudar a Mesa na pessoa de Luiza Erundina, a grande Deputada que nos orgulha, honra-nos no Parlamento. E quero, obviamente, saudar aqui também, na pessoa de Simão Pedro, todo o Plenário.

Eu sou Presidente do Conselho Nacional de Juventude e sou do Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis, um espaço em que nós inclusive temos debatido um pouco qual é o lugar do jovem nessa reforma política. A juventude brasileira hoje representa 50 milhões de pessoas. Nós somos cerca de 26% da população, e temos apenas, no Congresso Nacional, uma representação de 7%. E toda a representação de jovens que temos no Congresso não são jovens que representam pautas políticas da juventude; são jovens filhos de Deputados, filhos de Governadores, filhos de Senadores, que vêm representando oligarquias políticas que se consolidam e se perpetuam no País (*palmas*), sem de fato ir lá para defender educação de qualidade, cultura, saúde, o direito da juventude de experimentar, de poder, de ter acesso a direitos.

Este ano vamos realizar a II Conferência Nacional de Juventude, e na ocasião em que lançamos a II Conferência, esta semana, tivemos uma reunião com as juventudes partidárias. Fizemos uma reunião com 12 partidos. E a pauta política prioritária que nós deliberamos, além da mobilização da Conferência, é o debate sobre o que unifica as juventudes partidárias na reforma política. Devemos fazer um seminário muito em breve sobre isso, para que nós possamos ter uma posição comum, independentemente dos partidos, acerca do que, em termos de juventude, nós vamos apresentar para a reforma política. Acho um grande avanço que nós possamos, enfim, apresentar isso à sociedade.

Eu acho que uma das questões da reforma política, que é fundamental também, diz respeito à renovação política, que é necessária, para que nós consigamos fazer com que o Parlamento incorpore as novas questões, as novas gerações, nos espaços de poder. O que nós temos hoje? Ser Deputado ou Vereador virou uma profissão, e não deveria ser. Nós não podemos conviver com a situação de Deputados ficarem 10, 12 mandatos no Congresso, representando os mesmos interesses. Nós temos de abrir o Congresso Nacional, os espaços de poder, para a



renovação política — isso é fundamental —, mas uma renovação que venha a partir de novas ideias, e não da perpetuação de famílias de oligarquias.

Então, eu queria dizer que a questão da paridade entre homens e mulheres é fundamental, porque nós queremos uma representação de mulheres no poder. Quero dizer que a questão étnica/racial vem combater também essa má representação, porque não existem hoje no Parlamento negros e negras. E queria dizer também aos senhores que a democratização da comunicação é um elemento fundamental. E que possamos de fato também, junto com uma reforma, ter o financiamento público; enfim, todas as questões aqui já levantadas podem, sim, ajudar essa pluralidade de representação.

Então, eu queria levantar essas questões e dizer que a juventude brasileira está mobilizada em torno da reforma política, que nós temos debatido esse tema no lá Conselho Nacional de Juventude, e que nós queremos saber qual é o lugar das novas gerações nesse projeto de País, que ainda não está muito claro para nós. Então, é isso.

Quero agradecer-lhe e parabenizá-la mais uma vez, Luiza Erundina, e dizer que nós estamos à disposição para debater junto com o Parlamento essa proposta que inclui de forma mais plural a sociedade brasileira.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado.

Eu queria comunicar à Mesa e à plenária que nós temos 35 inscritos. Nós estamos no 17º; portanto, faltam 18. Dezoito, com 3 minutos cada; vamos arredondar para 20; nós ainda temos 60 minutos de intervenções. Então, como já são 12h30min, eu queria consultar a plenária: vamos até às 13h30min? Quem concorda? Está certo, vamos continuar.

Vamos procurar, então, seguir rigorosamente o tempo, está bem? Eu acho que essa é a melhor forma de nós botarmos ordem. Ainda temos um bom número na plenária, e queremos que todos se manifestem; então...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Diminuir? Há uma proposta de diminuir 30 segundos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Dois minutos? Olhem, quem concorda com 2 minutos levante a mão. Vamos lá, vamos ver a plenária. A maioria concorda. Aprovado. Portanto, a partir deste momento, fica reduzida a participação.

Jooji, chame o próximo inscrito.

O SR. COORDENADOR (Jooji Hato) - O ilustre Deputado Sebastião Santos tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMÃO - Antes de ouvirmos o Deputado, registro que, representando a Deputada Telma de Souza, a Sra. Jaci Guarani está aqui presente, e também o Vereador João Eurípedes Cardoso, de Miguelópolis.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do meu sempre Prefeito, meu amigo Deputado Edinho Araújo. Cumprimento os senhores e as senhoras.

Olhem, ouvi aqui, atentamente, muitos pronunciamentos, mas não ouvi falarem sobre um assunto: retirar a obrigatoriedade de se votar. Fala-se tanto nisso, naquilo, naquilo outro, mas ainda somos obrigados a sair de casa e votarmos. Por que não, então, deixarmos uma reforma existir com amplo debate da população? Porque muitos... Na cidade de onde saí agora, há 2 meses, onde eu estava como Vereador — eu vim, como Deputado, de São José do Rio Preto —, houve 40% de abstinência numa eleição de Prefeito! Mas por que esses 40% não foram votar? Porque lá estavam pessoas que não condiziam com os pensamentos daqueles 40%.

Fala-se em lista fechada. Vamos escolher, vamos deixar que alguns definam os seus candidatos? Falam em tirar a proporcionalidade, mas é essa proporcionalidade que está dando condição de aqueles que nunca teriam condição de chegar ao poder estarem no poder, como eu, como a Deputada Leci Brandão bem comentou aqui. A minha busca por 16 profissões — fui pedreiro, fui pintor, fui servente de pedreiro, fui motorista, tive várias profissões — não foi por acaso, foi uma necessidade de vida. E cheguei à política, hoje como um Deputado que aqui chegou com 73.805 votos, com mais 22 mil votos de legenda, com o amparo de 401 cidades onde nós coordenamos um projeto social.

Então, eu acho que este debate é muito bom, é sadio, mas ele deveria ser levado para todas as cidades, para que todos opinassem, para se criar realmente um modelo que viesse dar a condição de todos dizerem “sim”. Então, a proposta que



eu deixo aqui é a de que seja feita, sim, uma reforma política, já passamos do momento, mas que essa reforma não venha para nós apenas para a engolirmos, como engolimos a de algum tempo atrás, quando, por uma decisão do Supremo, foi estabelecido que não teríamos vários Vereadores para decidir aquilo que seria feito nas cidades. Hoje o que se diz muito, pelos partidos grandes, é: vamos retirar a coligação, e assim eliminamos os pequenos; mas é dos pequenos que muitas vezes estão surgindo belas ideias para levar este País à frente.

Então, quero deixar aqui o nosso suspiro, a nossa fala, para os senhores que estão aqui procurando levar um pouco do anseio de São Paulo para que essa reforma venha a acontecer.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Jooji Hato) - Queremos ouvir agora Luiz Carlos Prates, o Mancha, do PSTU e da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular.

A Presidência pede aos inscritos que atentem para o tempo de 2 minutos. E pedimos ao Dr. Natal, chefe do cerimonial, que indique os 2 minutos.

O SR. LUIZ CARLOS PRATES - Bom dia a todos e todas. Eu vou ter de dispensar o cerimonial, pelo pouco tempo que nós temos, e só parabenizar a Deputada Luiza Erundina. Pelo PSTU também vou ter de reduzir minha intervenção.

Eu gostaria de falar sobre dois temas, em primeiro lugar do financiamento público. Foi dito aqui que os Deputados não têm rosto. Nós achamos que o Deputado tem rosto. Ele tem o rosto da Odebrecht, o rosto das grandes empresas, o rosto dos grandes bancos. O próprio Ministro Palocci, na sua defesa, afirmou que na Câmara dos Deputados havia mais de 270 Deputados que tinham negócios e que eram empresários. E o Deputado também tem um preço. No Estado de São Paulo, segundo pesquisas, cerca de R\$ 3 milhões é o preço de cada Deputado. Portanto, a questão do financiamento público, a questão de impedir a ingerência das grandes empresas no processo político não só é um elemento contra a corrupção, mas um elemento de democratização do processo eleitoral. Então, para nós esse ponto tem um valor inestimável.



E o segundo tema tem relação com isso também: nós precisamos ver como é que se faz a distribuição dos recursos públicos. Em primeiro lugar, é preciso estabelecer por lei um teto para os gastos de cada candidato; segundo, que seja igualitário, porque não faz sentido, se estão concorrendo ao mesmo cargo, que um candidato tenha 10 vezes mais tempo do que o outro, e mais recursos do que o outro, como acontece hoje, por causa da legislação eleitoral. Por isso, uma proposta da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular que foi aprovada, que é parte do nosso programa, a de 50% divididos igualmente, acreditamos que é um passo nesse sentido.

Por último, nós também queremos dizer que é necessária uma ampla participação popular, por um motivo: é necessário impedir que essa reforma se transforme em retrocesso, e só é possível isso com a participação popular. Retrocesso é o que significa o voto distrital, ou o voto distrital misto, ou o famoso distritão, porque impede as minorias, não só as sociais como também as minorias políticas. Também está-se falando de cláusula de barreira e cláusula de desempenho, o que também é um retrocesso profundo.

Portanto, apenas a participação popular é capaz de impedir a deturpação dessa reforma, que é necessária, desde que haja mais igualdade, e não um retrocesso na política. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Jooji Hato) - Com a palavra a Sra. Carmen Cecília de Sousa Amaral, do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral Estadual de São Paulo, 18ª inscrita.

A SRA. CARMEN CECÍLIA DE SOUSA AMARAL - Pois não. O Movimento tem a absoluta certeza de que a democracia direta está sendo feita, está acontecendo, apesar de todas as dificuldades vistas aqui. Já estamos fazendo a reforma política, e já fizemos, justamente quando conseguimos aprovar no Congresso Nacional a Lei nº 9.840/99, que impede a compra de votos, e mais recentemente a Lei nº 135/10, a Lei da Ficha Limpa.

O Movimento tem a absoluta certeza de que a reforma política e uma vida melhor para todo o País passam pelo fortalecimento dos partidos políticos, e passa também pela vida pregressa dos candidatos, que deve estar marcada pela probidade e pela moralidade. Nesse sentido, o Movimento de Combate à Corrupção



Eleitoral está absolutamente atento às eleições municipais de 2012, e convida as entidades para as diversas ações, cursos e seminários que nós temos realizado, junto com as instituições públicas encarregadas do combate à corrupção eleitoral: o Ministério Público, a Procuradoria Federal, o próprio Tribunal Regional Eleitoral, aqui presente na pessoa do Dr. Walter Guilherme, e o Tribunal de Contas do Estado.

Então, a partir do dia 27, nós estaremos realizando sessões nas comarcas do interior, justamente convidando juízes eleitorais, promotores eleitorais e entidades — a nossa primeira visita será à Comarca de Campinas e cidades vizinhas —, no sentido de convocar essas entidades para o combate à corrupção eleitoral, tendo em vista as eleições municipais de 2012.

Daquilo que foi levantado aqui, estamos absolutamente a favor da posição do Dr. Walter Guilherme, no sentido de que seja fortalecido o Legislativo estadual, e quanto a isso lembramos que a regulamentação do plebiscito, do referendo, da iniciativa popular e do voto revogatório não depende de uma reforma política no Congresso Nacional; ela pode ser feita tanto pelas nossas Câmaras Municipais como pela própria Assembleia Legislativa aqui em São Paulo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Jooji Hato) - A 19ª nona inscrita é Débora Farias Cabral, do PMDB, da cidade São Carlos, a representante do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Antes, porém, nós gostaríamos de conceder a palavra ao ex-Deputado e atual Vereador Jamil Murad, que vai fazer a sua intervenção. Em seguida falará a oradora já anunciada pelo Deputado Jooji.

O SR. JAMIL MURAD - Eu queria cumprimentar todos os presentes, cumprimentar o nosso importante líder aqui, Edinho, da Frente Parlamentar, que está dirigindo os trabalhos. E representa a Assembleia Jooji Hato. Então, cumprimento todos da Mesa e todos aqui do plenário.

Eu queria dizer, como Vereador do PCdoB — já tive a honra de participar da Assembleia Legislativa, do Congresso Nacional também, com os Parlamentares do nosso Congresso —, que nós temos a seguinte opinião: é necessária uma reforma política, mas uma reforma política democrática. Muitos já se expressaram sobre isso, e eu nem precisaria usar da tribuna, mas, como essa é uma questão essencial para



o povo brasileiro e para o nosso País, eu venho aqui defender este ponto de vista: nós precisamos de mais democracia, de uma representação mais autêntica do povo brasileiro nas Casas Legislativas, no poder político do País. Então, para isso, há necessidade de uma reforma política democrática. Se for o contrário, vai ser como Mancha acabou de dizer aqui; quer dizer, sempre há o risco de retrocesso. Então, o povo não quer retrocesso. O povo quer uma reforma para ir adiante. As mulheres querem melhor representação, os negros querem melhor representação, porque são uma parte importante do povo brasileiro, não é? Então, são detectados problemas ainda da nossa democratização, e é preciso haver uma reforma política democrática para superar esses gargalos.

E por isso nós defendemos o financiamento público, e defendemos a lista fechada; como disse Nádia Campeão, Presidente do PCdoB, se existe o partido político, você sabe em quem está votando. Aquele partido defende tais opiniões, tais propostas, tal caminho para a sociedade e para o País. Portanto, não se diga: “Eu não sei em quem estou votando”. Sabe, sim! Quem vota está votando em um determinado partido, que tem aquele perfil, e os candidatos têm aquele perfil, não é?

E, particularmente, o PCdoB defende a coligação proporcional. Por que isso? Eu não vou repetir os argumentos que Nádia Campeão e a companheira Erundina trouxeram aqui, Edinho. Elas argumentaram muito bem, mas eu tinha pensado em outro argumento: quando a gente está exercendo mandato na Assembleia Legislativa, ou na Câmara de Vereadores, ou no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados ou no Senado, existem coligações. Ou não existem? Vai-se votar um determinado projeto; os partidos... Não é assim: cada partido vota isoladamente; eles unem-se para definir o resultado, se aquele projeto vai ser ou não aprovado. Há uma aliança em torno daquela proposta. Então, vendeu-se a ideia há muitos anos aqui, alguns órgãos de imprensa liberais vendiam nas décadas de 70, de 80, e muita gente abraçou essa ideia de que fazer alianças é espúrio. Não é espúrio! O povo brasileiro politizou-se e viu que alianças são para tornar vitoriosa uma proposta política. E têm obtido resultado, não é? Têm obtido resultado. Por exemplo, jamais o Presidente Lula teria sido eleito, e nós não teríamos conquistado um caminho de desenvolvimento, de distribuição de renda, de políticas sociais, de participação maior do nosso povo na política, e mesmo Dilma Rousseff não teria sido eleita para



dar continuidade a esse processo político. Quer dizer, isso vem com as alianças. Nem o próprio partido da Presidente da República sozinho não a elegeria. Ou a elegeria? Então, temos as alianças. A aliança é um instrumento legítimo.

E a coligação? Diz-se assim: a coligação é permitida para eleger o majoritário, o Executivo, mas é proibida para eleger o representante do povo. Por quê? Se é legítima para escolher o Executivo, deve ser legítima também para eleger os representantes do povo. Ninguém, nenhum partido vai ser...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JAMIL MURAD - Encerro aqui. Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. COORDENADOR (Jooji Hato) - Queremos chamar então Débora Farias Cabral, que representa o PMDB de São Carlos.

Queremos antes anunciar a presença de Sueli Aparecida Maróstica Mamprin, Gestora de Recursos Humanos, Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher — CMDM, e Conselheira do Conselho Municipal sobre Drogas — COMEN.

A SRA. DÉBORA FARIAS CABRAL - Bom dia a todos. Eu quero parabenizar essa Frente maravilhosa, que está dando-nos a oportunidade de participarmos, opinarmos. Sou jovem, sim; não tenho vergonha de dizer que sou militante, sim; e se eu estou aqui é porque o presidente municipal do meu partido me incentivou, confiou em mim, e eu devo, sim, expressar o meu desejo, porque essa reforma política vai interferir no meu amanhã, como uma futura legisladora.

Então, eu quero aqui deixar bem claro: eu sou a favor do voto distrital, porque foi fácil eu chegar ao presidente municipal ali do meu partido, mas, eu confesso, apesar de eu ter acesso ao presidente estadual, ao presidente nacional, não é tão fácil. Nós trabalhamos, gente! Nós não temos como sair lá do nosso Município, lá do interior, para vir aqui a São Paulo na hora em que o Deputado pode atender-nos. Então, eu sou a favor do voto distrital, sim!

E sou contra essa lista fechada. Sou contra! *(Palmas.)* Por quê? Porque não vai ser com essa lista que nós vamos poder estar lá dentro representando o povo. E o representante do distrito vai estar representando todas as bandeiras: do negro, da mulher, da criança, do adolescente, da educação. Inclusive as minhas companheiras! Estou aqui porque, apesar de ser jovem, eu defendo que esses 30%



não sejam só para as mulheres, não; esses 30% são: se nós conseguirmos montar uma chapa com 70% de mulheres e 30% de homens, essa vai ser a chapa!

Mas eu quero deixar uma proposta aqui, já, para a reforma política: que esses 30% não sejam somente ali, na chapa. Eu quero o direito, a garantia de que esses 30% sejam para a representatividade; na hora de separar os votos, na hora de contar os votos, os 30% vão ser: 30% da bancada lá das Câmaras Municipais serão para as Vereadores, e assim por diante; vai ser assim na Câmara dos Deputados, e também aqui na Assembleia Legislativa.

Eu quero agradecer a oportunidade aqui. E eu sou a favor do financiamento público. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Jooji Hato) - Tem a palavra Sandra Mariano, da CONEN, Coordenação Nacional das Entidades Negras. Já saiu? O próximo...

O SR. SIMÃO PEDRO - Então, enquanto o Deputado Edinho Araújo chama a próxima inscrita, eu quero anunciar a presença de Sueli Maróstica Mamprin, Gestora de Recursos Humanos, Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher da cidade de Valinhos, e de Glaucio Lima, chefe de gabinete da Secretaria de Coordenação da Subprefeitura de São Paulo.

Edinho, quero aproveitar a importante presença das mulheres: esta Assembleia vai realizar, por intermédio da sua Comissão de Educação e Cultura, uma audiência pública para discutir a precariedade do atendimento em casos de violência contra a mulher no Estado de São Paulo, no dia 16 próximo, às 14 horas, no Auditório Teotônio Vilela. Todos estão convidados. Obrigado.

A SRA. COORDENADORA (Deputada Luiza Erundina) - A próxima inscrita é Eliana Haddad, do Conselho Estadual da Condição Feminina.

A SRA. ELIANA HADDAD - Agradeço a oportunidade. Eu represento aqui o Conselho Estadual da Condição Feminina. Cumprimento a Mesa, que tão gentilmente está recebendo-nos e organizou este evento, o Deputado Edinho Araújo, que eu tive o prazer de conhecer em toda a sua trajetória política e tenho encontrado em todas as audiências públicas em São Paulo, e a Deputada Luiza Erundina, que é uma mulher guerreira, valente, que nós admiramos muito.

Eu gostaria de expor a nossa posição, a que estamos discutindo: a mulher no âmbito do Conselho. Estamos realizando esta discussão em todo o Estado.



Eu gostaria de dizer às mulheres de Hortolândia que não somos minoria. Somos maioria, maioria que muitas vezes não tem voz e não tem mídia; mas temos fala e sabemos o que queremos e onde queremos chegar. Esta discussão está sendo feita. Estamos de olho nas próximas eleições para 2012, a fim de eleger o maior número de mulheres, seja para as câmaras municipais, seja para as Prefeituras. Estamos fazendo trabalho intenso para que tenhamos maior representação em todo o Estado. Vamos fazer uma discussão com todas as mulheres.

É importante frisar que o Conselho Estadual da Condição Feminina tem segmentos extremamente importantes e representação de várias entidades sociais, cuja representação civil é de extrema importância — são grandes movimentos. Assim também é a representação governamental.

Essa preocupação existe, e a mulher vem com força e com garra.

Aproveito a ocasião para falar sobre a III Conferência da Mulher, que está sendo organizada no Estado de São Paulo, em que se vai tirar também essas propostas.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Deputada Luiza Erundina) - Obrigada, companheira Eliana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Registro que a Mesa e a Comissão de Reforma Política da Casa recebem a proposta do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral do Estado de São Paulo.

Se houver outros movimentos com algum documento para entregar à Comissão, estamos aqui para receber e dar o devido encaminhamento.

Muito obrigado.

A SRA. COORDENADORA (Deputada Luiza Erundina) - Convidamos agora a Sra. Adriana Ribeiro, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Hortolândia.

Cumprimento as mulheres de Hortolândia presentes neste evento de forma muita representativa.

Tem a palavra a Sra. Adriana. Em seguida, a Sra. Sônia Coelho.



A SRA. ADRIANA APARECIDA RIBEIRO - Cumprimento a Mesa, em nome da Deputada Erundina, que nos representa muito bem. É muito bom ter na Mesa uma mulher que nos represente.

Eu queria dizer à representante do Conselho Estadual que a nossa companheira Mônica não deve ter sido bem entendida. Sabemos que somos 56% das mulheres, sim. O problema é a participação. Não temos muito direito de voz nem de voto em virtude da colocação dos homens.

Ouvimos várias propostas em relação à reforma política. Eu queria dizer que não sou contra o voto distrital. Sou a favor da lista fechada. A proporcionalidade é de um por um. (*Palmas.*) Já temos uma lista. Então, é utopia discutir aqui, falar sobre listas, se isso já existe hoje. É prática no âmbito dos partidos fazer lista. Ela só não é preordenada, mas já existe. Na verdade, só precisamos discutir internamente. As pessoas precisam ter vida política. Ninguém se elege se não tiver participação porlítico-partidária. Então, as pessoas têm de participar um pouco mais.

Quanto ao voto distrital, acho que vamos começar a criar clãs novamente. Teremos currais eleitorais, e só os mesmos vão ganhar eleição. (*Palmas.*) Não queremos isso. As mulheres não vão ter espaço, se o voto distrital passar. Então, sou contra. Manifesto-me contra isso.

Peço que esta Comissão consiga, antes da eleição de 2012, que não tenhamos coligação proporcional, porque temos de deixar de ser barrigas de aluguel. Os partidos pequenos só se coligam partidos grandes quando é interessante. Aí, lançamos dezessete, eles lançam um, e o nosso quociente eleitoral é que puxa aquele um.

Então, os partidos precisam ter representatividade, mas têm também de fazer filiação em massa, ter militância e participação. Se hoje existem grandes partidos é porque eles fizeram esse trabalho.

Então, sou contra a coligação proporcional e sou favorável ao voto em lista fechada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - A Mesa registra o recebimento do *Manifesto do Movimento Negro no Debate sobre a Reforma Política*, do *Manifesto pelo Voto Distrital* e o *Voto Distrital*, o *PCdoB* e a *Reforma Política*.

Tem a palavra a Sra. Deputada Luíza Erundina.



A SRA. COORDENADORA (Deputada Luiza Erundina) - Convidamos agora a Sra. Sônia Coelho e, em seguida, o Sr. Fernando Lessa.

A SRA. SONIA COELHO - Sra. Deputada, o nome da entidade é Sempreviva Organização Feminista — SOF e Marcha Mundial.

Acho que essa reforma política é fundamental para discutirmos a democracia deste País, que podemos chamar de “pseudodemocracia”, na qual as mulheres são minoria nos espaços de poder. Ela é tão naturalizada, que algumas pessoas desta Mesa dirigiram-se às mulheres e aos negros chamando-os de minorias. Deveria ser exatamente o contrário, os homens brancos deveriam estar aqui demandando para participar desta sociedade dos espaços de poder. (*Palmas.*) Nós viramos minoria.

Para nós, a lista fechada e alternada — por exemplo, uma mulher, um homem ou brancos e negros — é fundamental para mudarmos essa composição na sociedade. E não pode ser só lista fechada como aconteceu na Argentina, onde as mulheres vão para o rodapé da lista. Aí, também não adianta, tanto que lá teve de haver mudança.

Um companheiro aqui veio falar da questão da porcentagem, que há partidos que têm 30% e não conseguem obter a participação das mulheres. Sabemos o que acontece na sociedade. Sabemos que a reforma política é instrumento para diminuir as desigualdades. Mas há outras desigualdades na sociedade que temos de mudar. Enquanto as mulheres continuarem sobrecarregadas com trabalho doméstico, com divisão sexual do trabalho, cuidando dos homens, dos doentes, não terão tempo mesmo para participar, para se qualificar e para estudar. Os homens podem fazer isso, porque têm uma mulher em casa que cuida deles, mas o nosso tempo não é elástico. (*Palmas.*) Portanto, precisamos fazer mudanças na sociedade, sim.

Além disso, há desqualificação das mulheres, quando elas se colocam nesta disputa. Vimos o que é o processo eleitoral. As mulheres são desqualificadas. Sempre se diz: *"Ah, vou tirar um homem com formação tão boa e com experiência para pôr uma mulher?"* Pergunto aos homens que compõem a Mesa: Vocês chegaram com toda a experiência que têm hoje, ou foi um aprendizado a participação política? Todas nós mulheres temos condições, sim. Muitos homens que estão assumindo postos de decisão neste País não correspondem às necessidades da população.



Então, as mulheres, sim, devem ter espaço para se formar. Para isso, deve haver políticas. As mulheres devem ocupar os espaços, sim. Não adianta o argumento de que não há mulher formada e com experiência, porque há, sim. Para uma ocupar aquele lugar, tem de tirar o cacique dali, tem de tirar outro. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Registro o recebimento, pela Mesa, do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, do documento *Sugestões para a Reforma Política*.

A SRA. COORDENADORA (Deputada Luiza Erundina) - Sr. Presidente, eu dizia ao meu vizinho, Deputado, preocupado com a questão da cota e com a paridade, o seguinte: *“Antes de eu morrer, quero ver os homens lutando por cota para eles, para que vejam o que é bom. (Palmas.)*

Convido agora o Sr. Fernando Lessa do Nascimento, Coordenador-Geral de Ética e Política da Associação Brasileira de Eubiose. Em seguida, Maria de Lourdes Rodrigues.

O SR. FERNANDO LESSA DO NASCIMENTO - Bom dia a todos. Cumprimento a Deputada Federal Luíza Erundina, o Deputado Estadual Jooji Hato, Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, autoridades da Mesa e demais autoridades presentes.

Falo em nome da Sociedade Brasileira de Eubiose.

Como instituição de caráter cultural-espiritualista, apartidária e sem fins lucrativos, a Sociedade Brasileira de Eubiose tem compromisso com a construção de uma sociedade melhor, consciente do papel protagonista que o Brasil deve assumir no cenário internacional, como Nação que, por sua formação, representa a tolerância, a pluralidade cultural e a comunhão entre os povos.

Para que possamos assumir uma condição de liderança, um passo importante a ser dado é melhorarmos nossas instituições políticas. É visível que as mudanças devem se dar gradualmente. Dificilmente ocorrerão alterações profundas neste momento de discussão. Entretanto, o ponto central é a decisão sobre o novo sistema eleitoral. As principais alternativas para o novo sistema eleitoral são votos por lista fechada, voto distrital e uma alternativa mista.

A contribuição que pretendemos deixar é justamente nessa decisão. Tanto a lista fechada quanto o voto distrital apresentam prós e contras. Pesa contra a lista



fechada o fato de a escolha do eleitor ficar impessoal. Em contrapartida, estimula a melhor disciplina dos partidos.

Porém, o voto distrital traz significado benefício: aproxima o eleitor do eleito; propicia organizar bases eleitorais de disputa menores e definidas, diminuindo os custos de campanha e permitindo o acompanhamento mais efetivo do político eleito.

Portanto, entendemos que a criação dos distritos eleitorais será um avanço importante para o sistema eleitoral brasileiro.

Agradeço a todos.

A SRA. COORDENADORA (Deputada Luiza Erundina) - A última inscrita dessa rodada é Maria de Lourdes Rodrigues, da Liga Brasileira de Lésbicas.

A SRA. MARIA DE LOURDES RODRIGUES - Bom dia a todos.

Quero cumprimentar a Deputada Luiza Erundina, uma grande parceira da nossa luta: das mulheres, dos trabalhadores, do movimento LGBT, das populações mais excluídas, não só das políticas sociais, mas, principalmente, dos espaços de poder e decisão deste País.

Quero dizer que é uma alegria grande poder participar deste debate, porque a reforma política em nosso País, no nosso entendimento, pode ou não provocar mudanças significativas de tudo isso que não queremos que continue na política em nosso País.

A situação das mulheres nos espaços de poder e nos espaços de decisão no Brasil tem uma desigualdade fantástica, bastante significativa ao longo de toda a nossa história. Ela está sendo visualizada nos últimos tempos, em função de muita luta do movimento de mulheres, dos movimentos sociais e, principalmente, de todo o processo de redemocratização. Apesar de as mulheres não estarem nesse espaço de poder de decisão, nós estivemos presente em todas as grandes batalhas em nosso País pela redemocratização. Infelizmente, isso não significou a ocupação desses espaços de poder.

Eu queria trazer aqui a fala da plataforma dos movimentos sociais, onde a Liga Brasileira de Lésbica compõe, assina, junto com várias outras organizações representativas da sociedade, e que tem entre suas prioridades a paridade, sim. Não queremos mais cotas, só queremos ser iguais. Não queremos ter de lutar por cotas.



Queremos a igualdade de direitos. (*Palmas.*) E igualdade de direito só é possível se tivermos igualdade de condições para ocupar os espaços de poder e de decisão.

Falar que se chamam as mulheres e elas não vêm é uma grande falácia que escutamos o tempo todo na nossa luta. Para que as mulheres possam ter condições de participar, é preciso que as políticas públicas também garantam essas condições de participação.

Eu vou usar uma palavrinha: "creche". Muitos dos homens não sabem a importância disso (*palmas*), mas todas as mulheres sabem o significado desse equipamento e que infelizmente no nosso Estado, em nossa cidade, há uma defasagem enorme, e as maiores prejudicadas, além das crianças, são as mulheres.

Então, a questão da paridade para nós é fundamental. Podemos ter várias diferenças entre nós, mulheres, mas me parece que este é um ponto comum para todas (*palmas*): a paridade na lista intercalada entre homens e mulheres, e que nessa intercalação sejam consideradas as diversidades. Porque se as mulheres não têm espaço, as mulheres lésbicas estão para lá de discriminadas e de excluídas nos espaços de decisão.

Nós temos, o movimento LGBT, o único Deputado no Parlamento hoje, Jean Wyllys, assumidamente defensor dessa causa. Também, assim como a ampliação da participação das mulheres, queremos o reconhecimento desse direito para a população negra, para os negros, para as negras, para as lésbicas, gays, travestis, transexuais, para os indígenas, enfim, para toda a população, não de minorias, mas de excluídos dos espaços de poder e de decisão em nosso País. E a outra prioridade é o financiamento público exclusivo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Eu gostaria de chamar à tribuna agora a ex-Deputada Estadual, atualmente assessora da Senadora Marta Suplicy, Maria Lúcia Prandi, minha amiga de muitos anos.

O SR. COORDENADOR (Simão Pedro) - Antes de conceder a palavra à Deputada Maria Lúcia Prandi, eu quero anunciar a presença do Dr. Josué dos Santos Ferreira, Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro — IDELB.



A SRA. MARIA LÚCIA PRANDI - Obrigada. Eu quero agradecer à Mesa e cumprimentá-la, especialmente na pessoa da mulher que nos representa, Deputada Luiza Erundina; os meus amigos, o Deputado Simão Pedro, o Deputado Edinho e todos os demais.

Eu trago um abraço da Senadora Marta Suplicy, que esteve hoje na Casa, no *Seminário Setorial LGBT*, tratando da discussão do Projeto nº 122:

“Quanto à reforma política, quero dizer que a Senadora conseguiu a inclusão de quatro Senadoras na Comissão Especial da Reforma Política no Senado. No primeiro momento, essa Comissão Especial, composta pelo Presidente Sarney, não contava com nenhuma mulher. A partir daí, conseguiu-se a realização de sete audiências públicas pelo Brasil para a discussão da participação das mulheres na reforma política.”

Tivemos uma audiência pública, extremamente significativa, na segunda-feira passada aqui em São Paulo, com a presença de segmentos diferenciados, como a FIESP, OAB, CUT, Força sindical, Movimento de Moradia, Deputada Janete Pietá, Deputada Estadual Célia Leão. Os encaminhamentos dessa audiência pública vão no sentido do financiamento público de campanha, da lista fechada e da alternância de gênero: um homem, uma mulher.

Um abraço especial da Senadora Marta Suplicy, que lamenta não estar presente. Deputada Luiza Erundina, ela sabe que a senhora lá na Câmara, junto com a Deputada Janete e outras companheiras, está na defesa integral, e o nosso querido companheiro Simão Pedro também aqui na Assembleia.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Antes de o Deputado Alceu chamar o próximo conjunto de oradores inscritos, eu registro a presença do Pedro, que é militante do PT na Zona Sul de São Paulo. Ele luta aqui pela Saúde e pela Educação pública.

Muito obrigado, Pedro.

O SR. COORDENADOR (Deputado Alceu Moreira) - Chamo o Vereador da Câmara Municipal de Osasco, Prof. Mário Luiz, da Fundação João Mangabeira, do



PSB. Logo depois, o Vereador Edcarlos dos Santos, da Câmara de Barueri; a Sra. Maria Cristina Mendes Caldeira, do Blog Mentos em Liberdade; e Celso Fontana, advogado.

Todos, pela ordem, podem se posicionar para fazerem as suas manifestações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Chama de novo, pela ordem, Deputado Alceu, o primeiro.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Vereador da Câmara de Osasco, Prof. Mário Luiz. *(Pausa.)* Já foi embora.

Vereador Edcarlos dos Santos, da Câmara da Barueri. *(Pausa.)*

Sra. Maria Cristina Mendes.

A SRA. MARIA CRISTINA MENDES CALDEIRA - Eu queria, primeiro, parabenizar a Deputada Erundina. Uma coisa não foi dita aqui. Ela está participando das duas situações. Cidadania está diretamente ligada à comunicação e à informação. Portanto, antes de qualquer coisa, o cidadão brasileiro tem direito à banda larga livre. Eu trabalhei como editora de uma revista e sei como se vende mídia e editorial.

Fora isso, eu queria dizer que, hoje, o cidadão brasileiro não é absolutamente representado no Congresso. Se o Congresso é um reflexo dos cidadãos e dos eleitores, nós deveríamos ter 52% de mulheres ali dentro. Vinte e dois por cento da população do Brasil está em São Paulo, em proporção a 0,2 em Roraima. Todos têm o mesmo peso naquela Casa. Que eu saiba, o Senado representa os Estados, mas o Congresso representa os eleitores, então, há uma coisa bem errada ali.

Além disso, o povo brasileiro vota em pessoas e não em partidos hoje. A confiança do povo brasileiro em partido é horrorosa. O partido em que o eleitor mais confia é o PT, com 8%; o pior é o PSDB, com 3%.

Então, eu peço uma renovação, uma reforma política e um resgate ético. Além disso, hoje, todas as Comissões da Câmara são compostas por empresários. Duzentos e setenta e três por cento dos Deputados são empresários, ou seja, a Câmara virou FIESP. Somente 7% dos Deputados foram eleitos com voto próprio; o restante foi com voto de *patchwork*. E se eu dou uma procuração a um Deputado, com o meu voto, como o meu voto vai parar em outro partido e em outro Deputado?



Além disso, o voto tem de ser obrigatório, porque é o único momento no qual o Eike Batista ou o faxineiro têm exatamente o mesmo valor. *(Palmas.)* Essa discussão de o voto não ser obrigatório pode até acontecer, mas o dia em que tivermos uma verdadeira democracia. E isso não é hoje.

Eu queria agradecer. *(Palmas.)*

O SR. COORDENADOR (Deputado Alceu Moreira) - Tem a palavra o Sr. Celso Fontana.

O SR. CELSO FONTANA - Sou advogado, trabalho aqui na Assembleia há muitos anos. Trabalhei no Acervo Histórico da Assembleia. Eu trago números que podem ajudar especialmente a Deputada Luiza Erundina, mas também os Deputados Federais, Estaduais, Vereadores e as pessoas que estão aqui.

A Assembleia iniciou os seus trabalhos em 1835. De 1835 até 1933, durante quase 100 anos, portanto, somente os homens maiores de 25 anos e de uma determinada renda podiam ser eleitos.

Houve partido único aqui na Assembleia Legislativa, que era o Partido Republicano Paulista até 1926, de 1891 até em 1926, quando foram eleitos quatro Deputados por outro partido, que era dissidência do PRP. As mulheres só puderam ser eleitas a partir de 1933, quando foram eleitas apenas duas mulheres na primeira legislatura. Eu ainda não tenho o levantamento exato, mas é um número muito próximo a isso. Em mais de 2 mil mandatos estaduais, aqui na Assembleia de São Paulo, foram apenas cerca de 60 mulheres e 11 negros, sendo apenas duas mulheres negras — primeiro, a Deputada Teodosina Ribeiro, e agora, mais recentemente, a Deputada Leci Brandão. Portanto, não chega a 0,1% o número de mulheres negras representadas no Parlamento paulista.

Nós não precisamos nos digladiar. Há um objetivo que pode ser comum a quase todos nós: o aumento da sintonia entre a representação no Parlamento e a população brasileira. Os mecanismos para atingirmos isso vão ser um dos objetivos desta Comissão.

Quero dizer que o voto distrital, que houve no Estado de São Paulo, foi catastrófico. Quando se determina onde começa e onde termina o distrito, já se decide quem vai ser eleito. Então, no desenho do distrito, já se está beneficiando uma pessoa ou outra, um grupo político ou outro. Então, o voto distrital, que



aparentemente aproxima os representados do representante, pode também fazer, eventualmente, para a eleição municipal. Mas Deputados e Senadores, eleitos por distrito, correm o risco de, na hora de discutir usina atômica, estarem interessados na tampa do bueiro e no buraco do asfalto. Às vezes ficam muitos Vereadores para decidirem problemas nacionais. Essa é a crítica que pode ser feita.

O principal que eu falo com esse orgulho de ser ativista do Movimento Negro — tenho esse documento, que foi entregue à Mesa, de diversas entidades do Movimento Negro — é da importância de aumentarmos a representação negra, de mulheres e homens negros na representação popular. Isso pode dar um outro grau de credibilidade ao Parlamento e melhorar muito a compreensão dos problemas e das soluções nacionais, estaduais e municipais.

Muito obrigado (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Deputado Alceu Moreira) - Vereador Jamil Murad. (*Pausa.*) Já foi.

Aqui temos Célio Nori, do Fórum da Cidadania de Santos. Quero apenas dizer que o limite geográfico não é o limite do cérebro de ninguém.

O SR. SIMÃO PEDRO - Anuncio a presença também do Sr. Yan Marzaro, Assessor da Deputada Estadual Ana Perugini

O SR. CÉLIO NORI - Cumprimento a Deputada Luiza Erundina, os demais componentes da mesa, os cidadãos heróis da resistência que estão aqui até agora.

Eu gostaria de fazer duas propostas em relação à plataforma que a Deputada nos colocou quanto à questão da renovação política. Entendemos ser algo fundamental para a evolução da própria democracia.

É preciso que haja formas mais republicanas e igualitárias para a disputa eleitoral. Então, saliento, em primeiro lugar, a obrigatoriedade do cumprimento de mandatos, acabar com o carreirismo político que caracterizam muitos dos nossos representantes que se elegem, pulam daqui, pulam dali, não cumprem seus mandatos, não fazem jus aos votos que receberam. Creio que essa seria, portanto, uma medida bastante salutar para a vida democrática do País.

Segundo, nesse mesmo contexto, o máximo de dois mandatos também para a esfera legislativa. E vou mais além. Acho que o máximo de dois mandatos deveria ser estendido também às entidades da sociedade civil, associações, federações,



sindicatos, que muitas vezes se tornam instrumentos de interesses pessoais e corporativos e que se perpetuam no poder.

Por último, Deputado, entendemos que a participação popular na reforma política está avançando. A própria criação da Frente Parlamentar é um exemplo disso, assim como as frentes estaduais. Mas, em termos de sociedade civil, ela ainda é muito fragmentada. É preciso dar maior organização a essa participação.

Então, a nossa proposta é no sentido de que se repita a metodologia da Constituinte, a criação de comitês populares, municipais, setoriais que estejam agregados a essa Frente Parlamentar e que possam estabelecer uma rede que dialogue, que receba informações, que encaminhe sugestões, no sentido de criarmos gradativamente consensos a respeito de questões muitas vezes polêmicas e que precisam ser deliberadas.

Isso também foi utilizado recentemente na Ficha Limpa. Os comitês de combate à corrupção eleitoral elaboraram todo o trabalho de obter 1 milhão e meio de assinaturas. Enfim, a proposta é que tenhamos maior organização e integração na participação popular via esses comitês.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Eu gostaria de dizer que os Deputados Baleia, Caruso, Itamar e Vanessa justificaram suas ausências, tendo em vista que tinham compromisso nas suas bases de trabalho.

Indago se está presente o Vereador Manoel Lopes, da Câmara Municipal de Mauá. (*Pausa.*)

Em seguida, falarão Rosa de Lourdes Azevedo Santos e Jacira.

O SR. MANOEL LOPES - Ilustre Presidente, Deputado Jooji Hato, na pessoa de quem cumprimento a Mesa; Deputado Luiza Erundina, na pessoa de quem cumprimento todas as mulheres aqui presentes neste auditório.

Quero me referir à reforma política. É a opinião do Vereador que tem cinco mandatos na cidade de Mauá, com 420 mil habitantes.

Entendo que essa reforma política é necessária, sim, e urgentemente. Só que temos de parar para refletir no seguinte critério, Deputado: nós, Vereadores, as Câmaras Municipais, não podem ser mais o boi de piranha das Assembleias dos Deputados quando vier o processo de reforma política. Nós vimos, em 2004,



quando, em cima da hora, foi cortado o número de candidatos de Vereadores em todas as cidades praticamente. Agora vem vindo a reforma política novamente, com alteração inclusive no critério de coligação.

Eu estive conversando pessoalmente com o Deputado William Dib, e a proposta deste Vereador é que se faça a reforma, mas que ela venha vigorar a partir de janeiro de 2013, porque aí vai dar tempo de todos os partidos, independentemente se grande ou pequeno, se estruturarem dentro da sua própria cidade.

E defendo também porque — é uma outra colocação que eu faço —, quando se fala no fim das coligações, é um dos critérios. Podem, sim, terminar as coligações. Mas como podem terminar? Deixando serem eleitos os mais votados da sua cidade. Dentro desta proposta, eu vou citar um exemplo: o Deputado Dib tem lá os seus 70 mil votos; ele foi eleito. Quem será o seu suplente, se o Deputado William Dib quebrar a fidelidade partidária? Aí não entra mais o mais votado; a cadeira pertence ao partido dele. Aí, sim, vai haver a fidelidade partidária, porque, a partir do momento em que a pessoa saiu do seu partido, a fidelidade ao partido, a fidelidade partidária vai prevalecer, o partido vai continuar com a sua cadeira. Não importa se o Dib teve 70 mil votos e aquele outro teve 7, prevalece os 70 mil. Mas se vai votar no candidato. E, a partir da eleição do candidato, prevalece a sua cadeira. Aí, nós vamos acabar com o “modelo Tiririca” da nossa vida. Eu acho que, aí sim, nós vamos ter fidelidade partidária e condições de trabalho.

Eu defendo, sim, as mulheres no Parlamento. Se a minha esposa chegar a mim e me falar: “Ó, eu vou ser candidata. Eu quero que você se afaste”. Eu me afastarei com o maior prazer. Mas as mulheres têm que se dedicar mais um pouquinho para que elas possam tomar os nossos lugares. *(Apupos nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Eu queria pedir à plenária silêncio, porque há orador na tribuna. Vamos lá!

O SR. MANOEL LOPES - Estou concluindo, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Para concluir.

O SR. MANOEL LOPES - O que eu estou dizendo é que defendo a mulher, sim. Eu defendo! Eu fico triste quando vejo na minha cidade 17 Vereadores e não



vejo uma mulher. Eu fico triste, eu fico triste, por isso eu apoio que a minha mulher mesmo saia candidata.

Então, Sr. Presidente, as minhas propostas seriam essas, independentemente do posicionamento de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - A próxima oradora inscrita é a Rosa de Lourdes Azevedo Santos, da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos. S.Sa. tem a palavra por 2 minutos.

A SRA. ROSA DE LOURDES AZEVEDO SANTOS - Bom dia a todas e a todos. Eu quero cumprimentar a Mesa, na pessoa da nossa Deputada Luiza Erundina. O que nós estamos vendo aqui é dizerem que as mulheres falam tanto, mas os senhores perceberam que os homens quando vêm aqui como tomam conta do microfone. (*Risos.*) E ainda querem sair de bonzinhos nessa história!

Eu quero chamar a atenção quanto à reforma política. Só uma pessoa colocou e eu queria reforçar, a questão dos princípios. Esses princípios têm de ser referendados na questão da laicidade. (*Palmas.*) Eu queria que isso fosse levado em conta, e também que se coloquem em seus lugares os religiosos. Que eles tomem conta das suas igrejas, de suas consciências e deixem de se meter na vida das mulheres sobretudo. (*Muito bem! Palmas.*)

Estou aqui para também fazer uma defesa radical da questão da alternância da lista, que é importante. Eu acho que é uma dívida enorme que se deve às mulheres. Essas mulheres também têm um perfil, que virá à medida que sejam dadas as devidas oportunidades para elas.

Eu queria também chamar a atenção ainda para a questão da reforma política. Eu não estou aqui discutindo a questão do sistema eleitoral, porque eu me sinto contemplada em absolutamente tudo o que foi colocado, mas eu queria chamar a atenção para a questão da corrupção. Esse negócio de um Parlamentar usar recursos públicos, de pessoas pobres, inclusive tirando dinheiro da medicação, da alimentação, etc., etc., que esse cidadão receba um atestado de óbito político. Não há essa história de ficar 8 anos de castigo e depois voltar. Temos de batalhar para que nunca mais eles entrem nesse lugar, porque fazer política são letras engarrafadas. Esses homens pequenos e corruptos não merecem estar representando ninguém, nem a eles mesmos, nem a família.



Então, eu queria dizer isto: pela radicalização da não corrupção no País. Não aguentamos mais ver todo dia nos jornais, na televisão, sobretudo.

Outra questão é a abertura imediata dos canais de televisão, sobretudo do Senado, da Assembleia e do Governo, que não seja com pagamento. Se nós queremos que a população conheça a dinâmica desses lugares, as pessoas devem ter liberdade para não... Que se acabe com a tevê fechada. Eu já disse isso para a Deputada Luiza Erundina lá no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o qual eu integro.

Estou aqui reiterando uma exigência: que deixem de haver canais fechados, canais de Governo, porque quem paga a eles somos nós. Um beijo para todo mundo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - A próxima oradora é a Jacira, que já está ali. Depois, pode se posicionar Lucas Brandão, o último inscrito.

Já se encerram as inscrições. Depois, vamos encerrar com a participação da Deputada Luiza Erundina. S.Exa. fará o encerramento desta reunião.

A SRA. JACIRA MELO - Sou do Instituto Patrícia Galvão, de São Paulo. Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa. Parabenizo todos os Deputados, em nome da Deputada Luiza Erundina, uma grande representante de São Paulo no Parlamento.

Eu gostaria de colocar aqui que a subrepresentação das mulheres e dos negros nos Parlamentos do Brasil é a mais completa expressão do gigantesco déficit de democracia que nós temos no nosso País. A problemática da democratização da participação, das mulheres na política, dos negros na política não é uma questão dos negros ou das mulheres; é uma questão de democracia no nosso País. E é sobre isso que nós estamos falando.

Quando nos dizem que nós não ocupamos os partidos, que nós não ocupamos os espaços, nós temos que responder: nós estamos cansadas de ser laranjas. Nós não queremos ocupar espaço para fazer volume; nós queremos espaço de poder, nós queremos espaço de decisão. *(Palmas.)* Olhem para os partidos, todos, não importa o espectro político, e olhem as suas executivas, olhem os seus espaços de poder; ele é eminentemente da lógica masculina. Nós precisamos mudar, e mudar para o País ser melhor — melhor em cultura, melhor em economia, melhor em política, melhor em tudo. Essa é uma questão crucial para o



Brasil. É uma vergonha o Brasil ter a representação que tem de mulheres e negros no Parlamento.

Vimos que na maioria dos países que adotaram listas — e nós estamos falando de países democráticos, de países europeus — foi dado um pulo, porque houve uma representação das mulheres muito maior e qualificada. As democracias cresceram como sistema político. É disso que estamos falando.

Uma última coisa: parece-me que nós temos de firmar posições, sim. O movimento social de mulheres está organizado de Norte a Sul deste País, participando de todos esses momentos importantes e tem se posicionado claramente contra o voto distrital. O voto distrital, diante desse sistema tão falido nosso, será mais um golpe na democratização da participação de mulheres, negros e todos os segmentos que não têm tido representação política.

Então vamos lá: por um sistema político, com lista, sim, e previamente ordenado, financiamento público, exclusivo — esse vai ser um passo importante —, fidelidade partidária e pelo fim, sim, de coligações, pela proposta de federação de partidos. Pelo fim, sim, de coligações. As coligações neste País viraram grandes negociatas e envergonham todo o sistema de proposta política.

Agradeço.

Parabéns por este momento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Lucas Brandão, do Movimento +1 pela Reforma Política, e está encerrada a participação de todos.

O SR. LUCAS BRANDÃO - Eu gostaria de agradecer à Deputada Luiza Erundina e ao Deputado Ivan Valente, salvo engano, os únicos Deputados presentes que aqui defenderam os interesses da população e votaram contra o criminoso Código Florestal.

Eu acho que a dinâmica desta Conferência mostra o quão distante o poder político está do povo, do cidadão. Mais da metade do tempo foi usada por Deputados falando entre si, como comadres. Acho que nós não ouvimos a população. Forçou-se, quem veio a este palanque, a diminuir, reduzir seu raciocínio a dois minutos, enquanto os Parlamentares falaram por 10 ou 15 minutos. Isso é um problema, se a intenção, que é louvável, era ouvir a população. Alguém podia pensar nisso para as próximas edições.



Eu gostaria também de chamar a atenção para o recado dado pela Primavera Árabe, em que a sociedade civil foi às ruas para pedir mais democracia; para o recado dado pelos jovens acampados na Piazza Puerta del Sol, na Espanha, onde estavam questionando esse sistema falido que restringe a poucos partidos o poder de representação e o poder da sociedade.

Eu gostaria de lembrar o Movimento Marina Silva, no ano passado, realizado pela sociedade civil suprapartidária. A maior parte era independente, querendo participar e pensar o melhor local para se fazer política. Eu acho que deveríamos pensar nisso. Deveríamos repensar na forma como nos relacionamos com a política.

Por isso o que eu acho primordial nessa reforma política é a questão da democracia direta e participativa. Muito se falou aqui, mas pouco se aprofundou. Nós precisamos permitir votação em urnas eletrônicas para os projetos de lei de iniciativa popular; nós precisamos permitir que pela Internet se possam defender seus programas, se possma votar nas legislativas populares.

É um absurdo que seja preciso só 400 mil assinaturas para formar novo partido e seja preciso 1 milhão e 500 mil para propor um projeto de lei de iniciativa popular.

Também é um absurdo que os referendos, plebiscitos, só possam ser convocados pelo Congresso Nacional e não pela população, sendo que o interesse é dela. Nós precisamos mudar esses mecanismos urgentemente.

Temos também que evitar que o poder econômico tome conta desses mecanismos de participação popular. As empresas não podem financiar campanhas de referendo e campanhas de plebiscito. Isso deve ser feito pelo povo. As empresas não podem financiar campanhas de iniciativa popular. Temos de garantir que o poder econômico não tome conta do poder político.

Para finalizar, eu gostaria de pensar também na questão das candidaturas avulsas, que é algo que foi falado *en passant* aqui, mas que é muito importante quando pensamos na nova relação da população com o poder político. Eu acho que boa parte da população não se identifica com a dinâmica partidária, e por isso as candidaturas avulsas são o instrumento fundamental para se oxigenar esse sistema político.



Também concordo, temos que fortalecer os partidos, e fortalecer os partidos significa democratizá-los, significa dar voz a seus filiados, e não uma cúpula partidária escolher quem serão os candidatos e quem vai receber mais verba ou não nas eleições.

Enfim, vou respeitar o tempo, então, gostaria de agradecer a todo mundo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito bem.

Estamos caminhando para o final e, em homenagem à mulher e a essa grande figura pública brasileira, eu tive a honra de estar em sua companhia em João Pessoa, na Paraíba, seu Estado de origem. Ela é do interior. Tive a oportunidade de ouvir as mulheres e os homens dizerem do orgulho que têm de a Luiza Erundina ter sido Prefeita da capital de São Paulo. E tive a honra de ser seu colega nesta Assembleia e de ter vivenciado seu mandato de Prefeita.

A Deputada Luiza Erundina quebrou quase todos os paradigmas: mulher, pobre, nordestina... Ela só não quebrou o último paradigma, que é o de ser negra ou índia. Se tivesse essas duas características, teria quebrado todos os paradigmas.

Foi uma administração participativa, que contou com o apoio popular, mas que enfrentou enormes dificuldades.

Eu tenho aqui, Deputada Luiza Erundina, na minha carteira, uma nota que fala a seu respeito, das dificuldades que V.Exa. enfrentou em decorrência de uma ação movida em razão de um edital que fez publicar, quando Prefeita de São Paulo, de um movimento social ou de um sindicato — não me ocorrem os detalhes — com relação a uma greve. V.Exa. foi punida e quase teve os seus bens subtraídos por essa ação.

E aí houve uma manifestação dos amigos, que vieram em seu socorro para preservar o seu único bem, o apartamento onde mora. *(Palmas.)*

Eu quero dizer que eu tenho isso guardado para me lembrar sempre de V.Exa.

Então, a Deputada Luiza Erundina é para todos nós uma amiga, uma companheira — humilde, competente, que jamais se distancia de suas origens.

É com grande prazer que passo a palavra à Deputada Luiza Erundina para encerrar esta audiência pública, que, espero, será histórica, reproduzirá seus efeitos



numa reforma política que avançará. Houve um tempo em que lutamos pela democracia. Hoje é preciso aperfeiçoá-la, com a participação de todos, indistintamente.

Portanto, tem a palavra, para encerrar a presente audiência pública, a nossa querida Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Obrigada, Deputado Edinho Araújo. Eu quero agradecer por todas as suas observações a nosso respeito. Se há algo que V.Exa. diz que define, eventualmente, minha identidade, não é mais do que minha obrigação: ser honesta, dedicada, procurar ser competente.

E eu sou muito grata a São Paulo. Eu não teria sido, há 20 anos, eleita Prefeita na cidadezinha onde nasci, Uiraúna, porque a dominação de classe lá é muito mais pesada do que o é aqui.

E, mesmo sendo nordestina, mesmo sendo de origem pobre, mesmo sendo de um partido de esquerda, mesmo tendo essa forma de fazer política, foi em São Paulo que eu me elegi. Então, é uma cidade generosa. Mas exigente, desafiadora. Testa as pessoas. Não é fácil passarem no teste dessa cidade aqueles a quem ela adota. Mas é uma cidade à qual eu devo muito, a quem meu País deve muito.

Este evento é motivo de orgulho e de celebração para cada um e cada uma dos presentes. A Assembleia Legislativa está de parabéns, os Deputados Estaduais, particularmente o Deputado Simão Pedro.

Foi ele que me ajudou no primeiríssimo momento, quando estávamos ainda discutindo o método de trabalho da Comissão Especial. Eu o procurei porque imaginava que pudéssemos ser a primeira cidade, a primeira Assembleia Legislativa a fazer essa conferência estadual. Depois não deu, e foi ele que eu procurei, porque ele e outros já militam e já militavam em torno da questão da reforma política há muito tempo.

Há uma frente parlamentar aqui coordenada por ele, por outros Parlamentares e por muitas entidades, que se anteciparam ao Congresso na discussão desses temas. O Deputado Célio Nori foi um dos que articularam e dirigiram um comitê estadual — não sei bem o título que recebeu — que era um embrião dessa Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular.



Portanto, São Paulo, a sociedade civil paulistana e paulista e a Assembleia Legislativa de São Paulo, nas pessoas de alguns Parlamentares, muitos dos quais estão ou estiveram aqui, se anteciparam ao Congresso e acumularam discussões, posições, e estimularam a participação popular na construção de uma reforma política.

Em nome da Comissão Especial da Reforma Política, agradecemos a esses companheiros que vieram aqui conosco e que têm mostrado dedicação, empenho e compromisso político na discussão desse tema — suprapartidariamente. Se observarmos veremos que somos de diferentes partidos. Mas o que nos move neste momento é o desejo de contribuir para que o País tenha um sistema político capaz de fortalecer a democracia, de fazer justiça a todos os cidadãos e cidadãs brasileiros para assegurar a todos o pleno exercício da cidadania política.

Estou impressionada com a participação que tivemos nesta manhã. Me surpreendeu o número de pessoas, todas representando entidades, movimentos; a juventude esteve aqui protagonizando este momento; as mulheres aqui estiveram em grande número. Tivemos mais de 30 intervenções do Plenário, além das intervenções dos Parlamentares.

Na próxima vamos nos policiar um pouco mais para diminuir nossas falas a fim de dar mais espaço aos cidadãos e cidadãs que respondem a esse chamado do Congresso Nacional para construirmos juntos uma reforma que comece a mudar a cultura política do País.

E encaminhar as propostas que foram apresentadas aqui. Seria muito bom, Deputado Célio Nori, que se fortalecesse a articulação da sociedade civil para construirmos, sem dúvida nenhuma, um sistema nacional com a participação dessas iniciativas estaduais e municipais, porque a reforma política não vai terminar com a aprovação de um projeto de lei.

É um processo longo, é um processo que vai exigir uma reforma do Estado brasileiro; mais do que regras partidárias, regras eleitorais, normas partidárias. Nós temos que mudar a estrutura, as raízes, os fundamentos, o conceito de uma reforma política que represente de fato uma reforma do Estado; fortalecer e democratizar a Federação e dar poder às instâncias locais, que são os Municípios, as cidades.



E, mais que isso, estabelecer mecanismos de democracia direta, democracia participativa. Há uma PEC de minha autoria, nº 2, de 1999, abraçada pela Frente Parlamentar pela Reforma Política, que propõe mudanças nas regras para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular.

Estamos resgatando essa PEC porque projeto de lei ordinária não pode alterar dispositivo constitucional.

Portanto, há muitas questões a serem enfrentadas, e nós não seremos capazes, mesmo os mais empenhados, se não tivermos o apoio, o protagonismo, a participação direta, a crítica, a moralização e a pressão externa — o Congresso só funciona e só responde positivamente sob pressão da cidadania, da sociedade civil organizada, de forma plural, de forma democrática, de forma soberana, cumprindo aquilo que estabelece o art. 1º, parágrafo único da Constituição Federal, que diz que todo poder emana do povo.

E ele terá que ser exercido por representantes eleitos diretamente, por disposições estabelecidas em lei, o que até agora não foi feito porque os mecanismos de democracia direta não foram ainda regulamentados, depois de mais de 20 anos de vigência da atual Constituição Federal.

Obrigada a cada um e a cada uma de vocês. (*Palmas.*) Obrigada, nobre Deputado Edinho Araújo, Deputado Alceu Moreira; obrigada, Deputados Estaduais da nossa Assembleia Legislativa.

Está encerrada a presente audiência pública.

Obrigada.